

SESSÕES DO PLENÁRIO

93ª Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 28 de outubro de 2008.

PRESIDENTE: DEP. PAULO AZI *AD HOC*

1º SECRETÁRIO: DEP. LUIZ DE DEUS “2º SECRETÁRIO”

2º SECRETÁRIO: DEP. ELIEDSON FERREIRA *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Oliveira Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Fábio Santana, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J.Carlos, Javier Alfaya, José Nunes, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Roberto Carlos, Roberto Muniz, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica, Zé Neto (53).

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- A Secretaria da Mesa informa que há número legal.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à leitura do expediente.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado Luiz de Deus, procede à leitura do expediente.)

O F Í C I O S

Do Dep. Yulo Oiticica, comunicando sua ausência na sessão do dia 16/09/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Rogério Andrade, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 20 e 21/10/2008, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Da Dep. Antônia Pedrosa, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 25, 26 e 27/08, 07 e 08/10/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE(Paulo Azi):- Pequeno Expediente

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Gaban, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, findada a campanha eleitoral, no meio de uma crise que atinge o mundo inteiro e, naturalmente, o nosso Brasil, é hora de perguntarmos aos deputados federais se ficaram satisfeitos com o resultado de uma das campanhas mais caras que houve na história deste País? Deputados federais que deveriam ter sido, ou que eram, os responsáveis por fazer uma lei eleitoral que vigorasse nas eleições que passaram se tivessem cumprido com sua obrigação. Mas não cumpriram. Sendo assim, tivemos um custo Brasil assustador.

Porem para pensar, qualquer um de nós, deputados, prefeitos, senadores, não só da Bahia, mas do Brasil, que esse procedimento, a forma dessa legislação é incompatível, sobretudo, com a democracia. Mostrou o uso e o abuso do poder econômico em todas as eleições que ocorreram neste País. Não se pode, num momento de uma crise financeira que remonta a 50 ou 60 anos, ignorar o custo Brasil causado pela inércia e ineficiência dos deputados federais, que não cumpriram sua obrigação.

Espero que esta Casa Legislativa e a Unale comecem a fazer um trabalho de imediato, analisando a forma como foram feitas as eleições neste País e na Bahia, para que possamos analisar se é esse o modelo que queremos. Se esse for o modelo, nós, a maioria esmagadora dos deputados, vereadores e prefeitos, não poderemos mais nos candidatar. Serão candidatos apenas os representantes dos grandes grupos econômicos do País, porque é insustentável pagar uma campanha como se teve que pagar nesta. Quem não tinha dinheiro foi massacrado, massacrado.

Podemos verificar isso começando pela capital. Quem circulou pela capital no domingo viu uma malha vermelha, uma coisa assustadora, nunca se viu tanta boca-de-urna como aqui, em Salvador. Foram todos os segmentos organizados, como o MST. E havia militância do ABC paulista trabalhando no subúrbio. Qual o custo disso? Será que vamos continuar inertes nesta Casa?

Está certo, não é nossa responsabilidade, mas temos que pressionar os deputados federais.

Finalizando a campanha para prefeitos no interior, encontrei-me com uns 4 ou 5 deputados federais que diziam: “Gaban, não suporto mais o custo dessa campanha”. Respondi imediatamente: “Culpados são vocês, que não fizeram a reforma política...” Como é que se fala, no País, em fidelidade partidária se não se tem o financiamento público de campanha, se não tem nenhum programa de partido que seja respeitado?

Onde imperou o dinheiro de empresas privadas... Se quisessem acompanhar... Neste País ninguém quer saber de nada. As suplementações que terão no Orçamento de cada uma das prefeituras do interior... É lógico que vai ter que ter para pagar o que se gastou nesta eleição. E ninguém faz nada. Está na hora. Aliás, já passou da hora. Não só nós, deputados, poderíamos até aproveitar – deputado Paulo Azi, que preside a sessão neste momento, - para que fizéssemos uma mobilização aqui na Assembléia, convocássemos, convidássemos deputados federais, juristas para virem para cá, para que, através, talvez, de todas as Assembléias Legislativas do Brasil pudéssemos estender depois para a Unale, para que nós, já que os deputados federais não cumprem com suas obrigações, começássemos a fazer esse trabalho, para discutir esse modelo eleitoral que está posto e que mostra que não funciona, que só funciona para quem tem dinheiro para jogar fora. Isso não se pode mais admitir.

Será que é válida a reeleição? Acho que tem que ter reeleição, sim. Mandato de cinco anos, eleições casadas em todos os segmentos para diminuir o custo Brasil. Mas que o prefeito ou o governador, os ocupantes de cargos executivos que se candidatarem à reeleição, sim...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para concluir, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concluindo, Sr. Presidente.

(...) tenham que se afastar seis meses antes para que o poder financeiro não impere neste País como tem imperado.

Voltarei a esta discussão, Sr. Presidente, mas espero que eu não fique sozinho nesta embalada, porque isso afetou a todos os prefeitos e nós todos, deputados, fomos afetados, sim, pelo custo financeiro. Não vamos mais tapar o sol com a peneira. Vamos enfrentar, de frente, e mostrar aos deputados federais que eles estão lá, também para cumprir com suas obrigações.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Sandro Régis, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos nas Galerias Paulo Jackson, amigos da *TV Assembléia*, começo minhas palavras aqui parabenizando a deputada Maria Luiza pela grande vitória do prefeito João Henrique Carneiro na capital de Salvador. Temos que “dar a César o que é de César”. Não sei deputada Maria Luiza o que mais contribuiu para a vitória, deputado Heraldo Rocha, do prefeito João Henrique. Se foi o apoio do Democratas ou do governador no palanque de Pinheiro. Não sei qual desses dois fatores influenciaram mais para a vitória do prefeito João Henrique.

Todos nós sabemos que a população, que o povo da Bahia já começa a dizer “não” ao modelo PT e ao estilo PT de governar. A aprovação do governador, aprovação essa medíocre de 28% avaliada no Instituto Datafolha, deputado Bira Coroa, foi o reflexo das eleições de Salvador. A partir do momento em que o PT botou na propaganda a “panelinha”, a população de Salvador deu a resposta. Porque Paulo Souto, César Borges têm serviços prestados a Salvador, têm trabalho na Bahia.

O deputado ACM Neto é uma liderança e não se compara com o que o PT fez até hoje na capital.

Deputada a Maria Luiza Carneiro, qual foi o grande convênio que o governo Jaques Wagner já fez com o prefeito João Henrique?

(A deputada Maria Luiza Carneiro meneia negativamente a cabeça.)

V.Ex^a não se lembra porque não tem. V.Ex^a não se lembra porque não existe. Ficou provada a força do Democratas na Bahia e na capital. Deputado Rogério Andrade, é só somar os votos do primeiro turno com o segundo, que vamos ver que a diferença que a população de Salvador deu ao prefeito João Henrique foi o eleitorado do Democratas, foi o eleitorado de Paulo Souto, ACM Neto, César Borges, do senador Antonio Carlos. Foi o eleitorado que eles disseram que era panelinha!

O povo soteropolitano deu a resposta. O povo disse sim, deputado Clóvis Ferraz, à panelinha de João Henrique, Paulo Souto e César Borges. O povo disse não à mentira! O povo disse não a este governo que não trabalha! O povo disse não às propagandas que só fazem enganar a população! O povo aprovou! Aprovou! E o povo sinaliza!

Quero aqui dizer que a vitória do prefeito João Henrique foi esmagadora! Ganhou, deputado Adolfo Menezes, em todas as urnas. Em todas as urnas da capital! Acredito que isso nunca aconteceu! Foi a resposta que o povo deu à panelinha! Foi a resposta que o povo deu a quererem imputar e questionar o prestígio do Democratas na nossa capital...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para concluir, deputado

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Deputada Maria Luiza, parabéns pela vitória! Parabéns também ao Democratas e ao povo baiano, que começa a dizer não ao governo da enganação, que é o governo do PT!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concedo a palavra ao deputado Gildásio Penedo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, Galerias, primeiramente quero saudar a Mesa democrata na Casa. Parece - quem sabe? - um prenúncio dos novos tempos republicanos neste Parlamento, nobre deputado Paulo Azi.

Quero saudar de igual modo a deputada Maria Luiza e, em nome dela, estender os nossos cumprimentos ao prefeito reeleito da capital baiana, João Henrique Barradas Carneiro. Muito mais do que significar uma vitória dum partido, grupo ou militante político, a vitória de domingo deixa uma grande lição para todos que acompanharam de perto esse processo eleitoral. O povo de Salvador respondeu à altura da sua visão e do seu entendimento, numa manifestação clara e explícita da sua rejeição ao que foi utilizado nessa campanha. Percebemos um partido político que quis a todo momento e procurou de todas as maneiras - nem sempre as mais corretas e as mais leais, principalmente para um partido aliado - usar da mentira, da inverdade e da traição nessas eleições.

Vimos, deputado Luiz de Deus, um governador que até determinado instante quis dar uma sensação de neutralidade política. Mas sua máscara caiu no segundo turno. De forma clara trabalhou desde o primeiro momento para consolidar a candidatura do petista Walter Pinheiro, na medida em que S.Ex^a mobilizou toda a estrutura partidária para cortar a candidatura dum também seu companheiro, Nelson Pelegrino, assim como quando agiu para retirar a candidatura da ex-prefeita Lídice da Mata fazendo-a candidata a vice, num claro sentimento de querer, a todo custo, a hegemonia política no seu Estado e na sua capital, num flagrante desrespeito, inclusive, aos seus aliados e à sua base política. Salvador deu a resposta. Salvador não se rendeu à propaganda despudorada do governo do Estado que nos últimos dias fez uma campana explícita direcionada à população da capital baiana, querendo, de certa forma, influenciar na livre e soberana escolha o povo de Salvador.

Salvador deu uma resposta àqueles que entenderam e enxergaram que o PT queria o poder de toda forma. Salvador deu uma resposta à inércia do governo Jaques Wagner. Salvador deu uma resposta às obras paralisadas do calçadão de Amaralina à Pituba e da obra lamentável de Pituaçu. Salvador deu a resposta, Salvador mostrou, como tem sido sua característica, irreverência, insubordinação, e não aceitou que um partido consolidasse a todo tipo e a toda forma o seu poder, a sua hegemonia no Estado.

O povo de Salvador deu a resposta a uma tentativa vã do governo, deputado Getúlio Ubiratan, de querer diminuir a força e o prestígio pessoal do prefeito João Henrique, quando usou expressões inconcebíveis o mandatário do nosso Estado, chegando inclusive a palavras do tipo “covardia” e “anti-ético”. O povo de Salvador deu a resposta! E deu a resposta junto a todos nós, deu a resposta com uma grande aliança construída em torno de projetos e bandeiras levantadas por este grande partido que é o Democratas, na figura do deputado federal ACM Neto, que se mostrou extremamente significativa e decisiva para consolidar a vitória do prefeito João Henrique.

Portanto, neste momento, a Assembléia Legislativa, o povo de Salvador nós queremos parabenizar, deputado Waldenor, por não ter se insubordinado e mostrado de forma clara que a Bahia não tem dono. Salvador não tem dono, e a prova inequívoca foi a grande vitória construída através de uma aliança feita em cima dos programas. Mas a vitória é do povo de Salvador, que contrariou, sim, os institutos, os movimentos, a grande militância petista.

A rua era vermelha, mas o coração e a consciência do povo soteropolitano eram amarelos.

Viva a democracia, viva o povo de Salvador!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra ao deputado Adolfo Menezes, por 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, o deputado Gaban, há pouco, desta tribuna falava de um assunto sobre o qual já teci alguns

comentários. Concorro totalmente com V.Ex^a, deputado Gaban, quando falou dos absurdos, só não concordo com a tese da reeleição. Se eu não me engano, hoje ou ontem, o próprio presidente do Tribunal Superior Eleitoral falava da vantagem e da concorrência desleal que é disputar uma eleição estando o candidato no cargo. É totalmente desleal.

E eu falava aqui, na semana anterior, dos absurdos neste País, porque, aqui, deputado Luiz de Deus, muitas coisas são uma farsa.

E o deputado Gaban falava aqui de custo de campanha. Se o povo soubesse quanto custa uma campanha de vereador, de prefeito, de deputado estadual ou federal, talvez se assombrasse. Infelizmente, o povo não tem conhecimento disso. Alguma coisa tem de ser feita, deputado Luiz.

Eu falava aqui de um fato absurdo, de uma estupidez da Câmara Federal, que tem a obrigação de fazer as leis, a farsa de prefeitos terem sido eleitos nessas eleições com a fotografia... Os eleitores votando naquele que aparece na urna eletrônica e elegendo outro - em 24 horas a lei permite e os tribunais deixaram que isso acontecesse. Acho uma estupidez, um município para citar um exemplo, para não falar de vários, o município de Monte Santo, que em 24 horas, o prefeito que estava impugnado para a reeleição, fazendo campanha como ele fosse o candidato, o povo imaginando que ele era o candidato, porque fica a guerra, a oposição diz que não é, o lado do prefeito diz que ele é, o povo vai na onda e acha que é intriga política, que faz parte do movimento no dia das eleições e o povo votou num laranja sem saber e a lei nossa, do nosso País permite.

Então, acredito que com os últimos resultados da eleição de domingo, que a Câmara, que as Assembléias, como sugeriu o deputado Gaban, façam algum movimento para ver se os nossos homens da Câmara Federal se sensibilizem e tentem consertar essas coisas absurdas que aconteceram e vão continuar acontecendo. Muitas coisas neste País dependem de atitude, dependem de querer fazer.

Espero que com a vitória de Serra, em São Paulo, através da prefeitura, do governador Aécio, do presidente Lula que já está pensando em 2014, faça alguma coisa, se unifique os mandatos para que uma eleição que custou quase um bilhão de reais em um país onde faltam médicos, faltam leitos de UTI e se gasta um bilhão em uma eleição, quando poderia se unificar para que o povo votasse de uma vez só, com duas chapas, não sei como, de 7h da manhã até às 8h da noite. E se o povo tem dificuldade em votar em oito, dez nomes de uma vez só, votaria de duas vezes no mesmo dia e se economizaria um milhão de reais para fazer leitos hospitalares, para que nossos irmãos não continuem morrendo à míngua em hospitais sem condições de atender, para não falar de outras necessidades.

Então, acredito que existe um interesse dos poderosos, desses governadores junto ao presidente Lula, pelo menos é o que a gente vê, deputado Isaac, pela imprensa, que se faça alguma coisa para que nas próximas eleições não aconteça ou continue acontecendo esses absurdos que acabei de citar e todos nós aqui desta Casa sabemos.

Para frisar, mais uma vez, se vota numa urna, na foto do candidato e se elege

outro. É uma aberração e acredito que foi a última vez que isso aconteceu aqui no Brasil, principalmente aqui na Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concedo a palavra ao deputado Clóvis Ferraz pelo tempo de 5 min.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras da imprensa, senhores das Galerias Paulo Jackson. Sr. Presidente, neste momento que se encerra o segundo turno das eleições em todo o País, vimos que em Salvador, o prefeito João Henrique reeleito com uma maioria esmagadora, mostra a política acertada do prefeito João Henrique, por isso quero parabenizá-lo, desejar sucesso nessa sua segunda administração. Quero dar os parabéns a deputada Maria Luiza e dizer que o sucesso dessa eleição vem do reconhecimento do povo de Salvador e do repúdio ao adversário, o PT, que tentou de todas as formas e maneiras possíveis ganhar a eleição em Salvador.

Um verdadeiro, eu diria, massacre em termos de propaganda na mídia, o governador Jaques Wagner, o governo Jaques Wagner, eu digo o governo, mostrou mais uma vez que é muito bom de mídia. O povo não aceita mais ser enganado pelo governo do PT. Eles pensaram que na base da pressão, prepotência e arrogância, poderiam intimidar o nosso povo. Numa aliança construtiva e propositiva feita por João Henrique no 2º turno, pelo PMDB com o Democrata, PR e PP, mostramos que não adiantaram as intimidações nem as propagandas do governo de última hora. Colocaram na televisão o Hospital do Subúrbio em pleno funcionamento e as obras ainda nem começaram! O Programa Ronda nos Bairros, como se já tivesse diminuído em torno de 30% a criminalidade em Salvador. O Programa nem começou! e os índices não baixaram, muito pelo contrário, estão aumentando cada vez mais!

Então, o que não entendemos é a massificação da propaganda. A propósito, quero aqui parabenizar o senador César Borges, que está apresentando um projeto, para que não seja veiculado no período eleitoral, qualquer propaganda dos governos que estejam no poder: seja nas eleições municipais, estaduais, federais, tanto majoritárias quanto proporcionais. Qualquer tipo de propaganda dos governos de plantão no período eleitoral. Acho que é uma medida saudável, para evitar práticas como as feitas pelo PT aqui em Salvador.

Portanto, estão de parabéns os partidos coligados: ACM Neto, Paulo Souto do DEM, o ministro Geddel e todos que contribuíram para essa grande vitória. Não foi uma vitória desses partidos mas do povo de Salvador que não aceitou a prepotência e arrogância do PT, que queriam ganhar a eleição de qualquer jeito, na raça, na marra! A invasão que houve em Salvador no dia da eleição por militantes de diversos municípios, vindo aqui sem necessidade, pois se não votam aqui não teriam que estar por aqui na capital, no dia da eleição: o MST, todos os movimentos...

Eu acho que a manifestação democrática é salutar, mas não a manifestação com efeito de ...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para concluir, deputado.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- (...) voto e tentando mudar o voto do eleitor. Essa massificação que o Partido dos Trabalhadores tentou fazer não surtiu efeito, pois a população de Salvador deu a resposta nas urnas, reelegendo o prefeito João Henrique para governar essa cidade por mais 4 anos, a partir de janeiro de 2009.

Portanto, estão de parabéns a população de Salvador, os partidos coligados e seus dirigentes, que conseguiram fazer uma eleição limpa e transparente.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:-Sr. Presidente, inicialmente gostaria de desejar ao prefeito eleito, João Henrique, uma boa administração, e que após o calor dos debates da campanha eleitoral, o prefeito possa refletir melhor sobre determinadas medidas altamente prejudiciais a nossa cidade, como o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, e que reflita mais sobre uma administração voltada para beneficiar a população de baixa renda.

Portanto, eu desejo uma boa administração ao prefeito reeleito e quero dizer que o apoio do Democratas ao PMDB, realmente, foi uma grande contribuição no sentido da transferência dos votos. A votação do Democratas foi transferida para o PMDB, e esse foi um dos fatores da vitória do atual prefeito.

Mas, quero aqui registrar, de forma enfática, que o grande vitorioso nessas eleições municipais do Brasil - e eu tenho que pensar em Bahia, Brasil e mundo - o grande vitorioso foi o presidente Lula. Para se ter idéia, a base governista do presidente Lula, apenas dois partidos, PT e PMDB, elegeram, nessas eleições, 1.760 prefeitos. Quando se juntam PSB e PCdoB, que são a base mais sólida do governo, aí, nós temos 2.111 prefeitos, enquanto a Oposição, formada principalmente pelo DEM e pelo PSDB, fizeram apenas 1.280 prefeitos.

Portanto, a base governista fez quase que o dobro do número de prefeitos no nosso País, mas é importante também ressaltar que, em número de eleitores, juntando-se PT, PMDB, PSB e o glorioso Partido Comunista do Brasil, em número de eleitores, foram mais de 40 milhões de votos no Brasil. Mais de 40 milhões de votos ! Enquanto isso, a Oposição, o DEM e o PSDB, ficaram apenas com 22 milhões de votos no Brasil.

Assim, o presidente Lula é o grande vitorioso nessas eleições, foi tão vitorioso que todos disputavam a sua foto, mesmo contrariando a história, todos disputavam a sua foto na campanha, todos faziam a sua campanha com a foto do presidente Lula.

Por isso, quero dizer que essas eleições, no Brasil, foram uma grande vitória das forças governistas, o presidente Lula é o grande vitorioso, o governo do presidente Lula é o grande vitorioso nessas eleições. Houve um crescimento considerável, comparado à eleição de 2004 e, entre os partidos, um dos mais vitoriosos nesse processo chama-se o Partido Comunista do Brasil, que em 1996 não

tinha nenhuma prefeitura, em 2000, tinha apenas 2 prefeituras, em 2004, 10 prefeituras e, em 2008, 40 prefeituras. Aqui em nosso Estado, o nosso partido ganhou 18 prefeituras, entre as quais a 4ª população do Estado da Bahia, Juazeiro, com o nosso camarada Isaac da Juagro.

Portanto, a eleição passou, vamos continuar a luta e vamos continuar implementando o projeto progressista e popular para reduzir as desigualdades sociais no nosso País e do nosso Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Gilberto Brito. Antes, porém, quero saudar o ex-deputado Marco Antunes, vice-prefeito eleito do nosso querido município de Alagoinhas.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Sr. Presidente Paulo Azi, Sr^{as} e Srs. Deputados, retorno a esta tribuna hoje com algo que, de certo modo, conforta, deputado Luiz de Deus. No ano de 2003, mais precisamente em 10 de setembro, protocolei nesta Casa um projeto de lei que recebeu o número de 13.518. Uma emenda visando autorizar a criação do programa estadual de apoio financeiro às Escolas Família Agrícola do Estado da Bahia.

Em 2007, em não tendo tramitado o projeto, entrei em contato com o Sr. Secretário da Educação do Estado e também com a secretária Eva, da Casa Civil, e chegamos à conclusão de que seria interessante uma indicação nossa a respeito do assunto, por entender-se preliminarmente ser o projeto inconstitucional, desde quando iria onerar o Estado, e pela Constituição os projetos de autoria do Poder Legislativo não podem onerar.

Então, fiz uma indicação em cima do conteúdo do mesmo projeto, para que o Estado chamasse para si a responsabilidade por uma ajuda financeira às Escolas Família Agrícola, deputado Waldenor. Ainda no ano de 2008, dentre as modestas iniciativas que temos no caderno de opinião do jornal *A Tarde*, escrevemos o artigo “Ditosa Escola Família Agrícola”, onde discorremos a respeito do assunto.

Há mais ou menos um mês e meio, dois meses, recebi o convite da Casa Civil do governo do Estado para que sentássemos com membros das Escolas Família Agrícola na Bahia e discutíssemos de maneira prévia a elaboração de projeto de lei com a finalidade precípua de o Estado da Bahia ajudar, financeiramente, as Escolas Família Agrícola. E, para satisfação nossa, deputado Isaac, na semana passada, o governo do Estado encaminhou a esta Casa projeto de lei que recebeu o número de 17.545/2008, que tem como ementa: “Institui o programa estadual de apoio técnico e financeiro às Escolas Família Agrícola, EFAS, e Escolas Família Agrícola Rurais, EFARS, do Estado da Bahia, através de entidades sem fins lucrativos, e dá outras providências”.

Esta se constitui basicamente, deputado Isaac, a nossa sétima conquista nesta Casa. Em que pese à Casa pouco funcionar, no que tange à apreciação de projeto de autoria de parlamentares, esta é a nossa sétima conquista nesta Casa, onde algumas

iniciativas nossas, por meio de projetos de lei transformados em lei e indicações que vieram, posteriormente, a ser abraçadas por ações diversas do governo do Estado, trouxeram bem-estar às mais diversas áreas, sobretudo no que concerne à educação e ao Semi-Árido. Esta, talvez se constitua numa das maiores ressonâncias que possam acontecer.

As Escolas Família Agrícola foram criadas em 1935, na França, e chegaram ao Brasil em 1969. Constituem-se na metodologia da pedagogia da alternância, em que os jovens saem de casa, passam 15 dias na escola, absorvendo todo o conteúdo, sobretudo aquele relativo a sua realidade no campo, e passam 15 dias em casa, na sua região, colocando em prática tudo quanto absorvido nos ensinamentos teóricos e práticos.

Isso tem feito com que haja uma profunda identidade de cada jovem com sua terra, possibilitando a abertura de horizontes para uma vida com trabalho e ocupação. Quero aqui, neste momento, externar a minha felicidade e a minha alegria, cumprimentar as escolas Família Agrícola pelo prenúncio dessa conquista.

Espero que o projeto venha a ser tramitado pelas diversas comissões próprias e pertinentes ao assunto e que, posteriormente, caso venha a debate e discussão neste Plenário, haja por parte dos pares desta Casa uma absorção e uma comunhão plena e total por uma causa tão nobre, tão significativa e tão importante para a educação rural do campo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concedo a palavra ao deputado Luiz Augusto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece que a presidência da Embasa quer criar um problema em Guanambi. Não consigo entender isso. Acho que quer que o prefeito de Guanambi faça o mesmo que o prefeito de Barreiras fez: tomar a concessão da Embasa.

Nesta semana, estava assistindo à televisão e, no horário nobre – no horário nobre! -, houve aquele comunicado como se fosse um plantão policial dizendo que a rede de esgoto de Guanambi era competência da prefeitura de Guanambi, que não dava alvará para a construção de uma nova rede e que por isso não estava investindo na cidade. Pois bem, eles se esquecem de falar a verdade. O pior é que só falam mentira para a população. Vou relatar rapidamente o caso de Guanambi.

Há muito tempo, a prefeita Cislta reconheceu um débito de 5 milhões de reais da prefeitura com a Embasa. Na época, pediu uma prorrogação da concessão da Embasa, e a Embasa ficou de investir os mesmos 5 milhões em obras de saneamento na cidade de Guanambi. Era uma maneira disfarçada de a prefeitura pagar o seu saneamento a longo prazo. Pois bem, passaram-se anos e nada foi cumprido. No Governo Nilo Coelho, na época Paulo Souto era governador, sentamos com a Embasa. Foi mais de um ano de negociação. Não foi algo feito de uma hora para outra. Chegou-se a um denominador comum de se fazer um encontro de contas entre o valor das redes que a prefeitura de Guanambi tinha e o valor dos débitos da

prefeitura de Guanambi com a Embasa. Desse encontro de contas, se a prefeitura estivesse devendo, pagaria em dinheiro e se a Embasa estivesse devendo iria descontando em novas obras. E assim foi feito. Foi feito um acordo.

Nesse acordo viu-se que a prefeitura de Guanambi, naquela época, tinha 1 milhão e 800 mil reais de crédito. E aí a prefeitura passaria a descontar em água e toda obra que se fizesse de saneamento seria acrescentada nesse contrato. Pois bem, o atual presidente da Embasa simplesmente desconhece o contrato do presidente anterior, assinado e publicado em Diário Oficial. Quer quebrar o contrato com a prefeitura de Guanambi, coisa que não admitimos. Ele não é dono da Embasa. Lá foi assinado um contrato com o antigo presidente da mesma maneira que foi reconhecido o débito da prefeitura antiga. Aceitamos a assinatura da antiga prefeita, eles têm que respeitar o contrato. São duas entidades públicas, e lá não pode haver essa perseguição.

Como se não bastasse, há muita coisa para ser denunciada, mas não vou falar agora, vou deixar para mais tarde, o contrato é de dinheiro do PAC, são 30 e poucos milhões de reais, e a prefeitura de Guanambi propôs fazer esse mesmo contrato por apenas 25 milhões de reais. Vejam bem, um valor bem inferior ao que a Embasa propôs fazer. Houve um sobrepreço no contrato da Embasa que foi para 36 milhões de reais. A Embasa contratou a empresa por 36 milhões de reais ou invés de gastar apenas 25 milhões de reais. Se gostam de gastar mais, é problema deles. O Tribunal de Contas teria que fiscalizar, mas, infelizmente, está dentro da lei, aceitamos porque está dentro da lei e disso aqui estamos falando.

Agora, para concluir, Sr. Presidente, o que é que eles querem? Querem que o prefeito assine o alvará para a execução das obras nos mesmos lugares onde já existem as redes. Eles não querem fazer obras novas, não, querem tirar as manilhas de concreto e botar outras de plástico. Dessa forma, as regiões onde não há esgotamento sanitário vão ficar sem esgoto. Eles querem quebrar o centro da cidade para mostrar que estão trabalhando. E, na realidade, não estão ajudando o povo de Guanambi, não estão ajudando o povo da Bahia, estão jogando fora os recursos dos impostos.

É um absurdo que o presidente de uma entidade...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para concluir, deputado Luiz Augusto.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- (...) possa permitir que os recursos do Estado sejam jogados fora.

O prefeito de Guanambi não vai se aliar a isso. Se eles quiserem fazer no lugar onde não há rede, se eles quiserem fazer o serviço bem feito tudo bem, caso contrário iremos brigar. E se precisar tomar a Embasa, nós haveremos de tomar, levaremos para a Justiça, porque não vamos fechar os olhos para atitudes irresponsáveis como essa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Depois voltarei a falar sobre o assunto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE(Paulo Azi):- Antes de inciar o Grande Expediente, quero solicitar ao nobre Líder, deputado Waldenor, que indique 2 parlamentares do Bloco

do governo para recompor a proporcionalidade desta Mesa.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE(Paulo Azi):- Grande Expediente

Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Waldenor Pereira, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, jornalistas presentes, companheiras e companheiros presentes nas Galerias Paulo Jackson, quero saudar de forma especial ao vereador reeleito do Partido dos Trabalhadores, do município de Poções, companheiro João Bonfim, cumprimento de igual modo o vereador, também do Partido dos Trabalhadores, o companheiro Neto, do município de Ribeirão do Largo, presente também nas Galerias Paulo Jackson, quero ainda saudar o companheiro Clodoaldo - presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão do Largo - e o Dr. Edson, liderança daquela região, que visitam a nossa Casa Legislativa, na condição de Líder do governo, encerrado o pleito eleitoral – festa maior da democracia-, quero parabenizar o PMDB, especialmente o ex-deputado e prefeito reeleito João Henrique pela vitória obtida no segundo turno das eleições na capital do Estado, Salvador, único município que realizou segundo turno no Estado da Bahia. Desejamos ao nosso ex-colega João Henrique sucessos, uma administração profícua e que seja pautada nos princípios da democracia, da transparência, da participação popular, para permitir ao povo de Salvador a reversão de indicadores sociais ainda bastante perversos, ainda nocivos à qualidade de vida do povo soteropolitano.

Dito isso, Sr^{as} e Srs. Deputados, queria afirmar que as Bases dos governos do Estado da Bahia e do presidente Lula em âmbito nacional saem dessas eleições com um crescimento significativo no número de prefeituras para as quais conseguimos eleger prefeitos do Partido dos Trabalhadores e dos partidos aliados.

Compreendemos a euforia, o contentamento do DEM ao comemorar o apoio que concedeu ao candidato João Henrique, mas, não podemos deixar de corrigir, a bem da verdade, os números que resultaram no último pleito eleitoral.

O Partido dos Trabalhadores foi o partido, em âmbito nacional, que mais ampliou o número de prefeituras. O PT administrava, em 2004, 411 prefeituras e neste último pleito de 2008 elegeu 559 prefeitos. Portanto, um crescimento de 36% no número de prefeituras administradas pelo Partido dos Trabalhadores.

O segundo partido com o maior crescimento foi o PMDB, partido da base do presidente Lula, partido da base do governador Jaques Wagner. Administrava 1.057 prefeituras e passará a administrar, a partir de 1º de janeiro de 2009, 1.202 prefeituras; portanto, um crescimento de 14%. O PR que administrava 381 prefeituras passará a administrar 383 prefeituras. Os demais partidos, todos eles, os maiores partidos reduziram o número de prefeituras e administrações com esse último pleito eleitoral.

Por exemplo, o PSDB que administrava, no Brasil, 871 prefeituras só logrou

êxito nas últimas eleições em 786 prefeituras municipais no Brasil, tendo uma queda de 10%. O DEM que administrava 790 prefeituras no âmbito nacional, deputado Gildásio Penedo, nas últimas eleições logrou êxito em 500 prefeituras. Portanto, teve uma redução de 37%, foi a maior redução dentre os partidos. E no âmbito estadual, o DEM que administrava 153 prefeituras reduziu a sua participação para 44 prefeituras. O Partido dos Trabalhadores que administrava 28 prefeituras teve a sua participação ampliada para 68 prefeituras.

Portanto, contra fatos não há argumentos. O crescimento do Partido dos Trabalhadores e dos partidos aliados representa um crescimento notório e irrefutável. O Partido Comunista do Brasil, por exemplo, elegeu 18 prefeituras. O PSDB elegeu, que é apoio do governo Wagner, na Bahia, 27 prefeituras; o PSB da mesma forma, 17 prefeituras.

Portanto, os números revelam que tanto o Partido dos Trabalhadores quanto os partidos aliados, tanto em âmbito nacional quanto em âmbito estadual experimentaram crescimentos significativos, diferentemente do DEM e do PSDB que tiveram as suas participações reduzidas nessas últimas eleições, encerradas no último domingo, em segundo turno, em muitas capitais e cidades brasileiras.

Apresentados os dados estatísticos, os resultados eleitorais, nós gostaríamos de mais uma vez destacar que o nosso projeto político tanto no âmbito nacional quanto no âmbito estadual representa um projeto vitorioso, exitoso. No âmbito nacional, o reconhecimento da população brasileira tanto ao governo do presidente Lula quanto na performance pessoal, individual do presidente, revelam que a população brasileira, de fato, reconhece que o governo do presidente Lula foi capaz de recuperar a auto-estima do povo brasileiro, com a ampliação na geração de emprego, com a melhoria substancial da renda e com a estabilidade da economia. Esta merece um destaque especial.

A estabilidade da economia brasileira, deputado Yulo, que me ouve com atenção e que logo mais concederei um aparte, está sendo capaz de permitir ao nosso País atravessar essa tempestade, essa turbulência financeira que se abate sobre todos os países do mundo com uma certa tranqüilidade, com uma certa estabilidade.

Todos reconhecem que não fossem os fundamentos macroeconômicos adotados pelo governo do presidente Lula, o nosso País, face à turbulência financeira internacional, teria quebrado. Esta é a palavra mais adequada para revelar, infelizmente, se assim fosse a realidade de governos anteriores, a economia brasileira que, em outras oportunidades, se submeteu à uma quebra geral, tendo em vista a inexistência, em outras épocas, de fundamentos macroeconômicos que garantissem a estabilidade da economia do nosso País.

Hoje, no governo Lula, são mais de 200 bilhões de dólares de reservas no Banco Central, um instrumento indispensável para permitir a política macroeconômica de estabilidade. No financiamento das exportações e dos pequenos bancos, no aumento da liquidez, para permitir a regularidade no crédito, no consumo e no dinamismo da economia.

Não fossem os fundamentos macroeconômicos do governo Lula nós estaríamos

atravessando hoje um período de turbulência sem precedentes na história do nosso País. Economia contida, risco Brasil no patamar ainda, apesar da inquietação da especulação financeira, em patamares suportáveis, exportação, política cambial e balança comercial ainda em patamares extremamente favoráveis à estabilidade da economia do nosso País.

No último mês de setembro, apesar da turbulência financeira, nós batemos o recorde de mais de 2 milhões de empregos gerados com carteira assinada, no mês de setembro. Nós não concluímos o ano civil ainda de 2008 e já batemos o recorde de mais de 2 milhões de empregos gerados com carteira assinada.

Apesar da crise que assola todo o globo, todas as nações, o Brasil está sendo apresentado como um País exemplo na adoção de políticas macroeconômicas que estão permitindo ao nosso País, ao nosso Brasil, esta estabilidade jamais vista em crises financeiras anteriores, vide 2002, que, para a realização das eleições, o Brasil teve que recorrer ao FMI para permitir que o País não quebrasse e que as eleições fossem realizadas.

Por isso, apresentados esses dados econômicos de uma forma mais genérica, nós queremos em alto e bom som, com a ponderação que o momento requer, de um lado parabenizar a vitória do nosso ex-colega, prefeito reeleito João Henrique, pela vitória obtida no último pleito eleitoral contra um candidato também da nossa base, no meu caso particular, do meu partido, o companheiro Walter Pinheiro. Mas, de outro lado, mais uma vez destacar e exaltar que o governo do presidente Lula e o governo do governador Jaques Wagner fazem parte e compõem um projeto político vitorioso tanto no âmbito nacional quanto no estadual.

Até porque todos os indicadores econômicos da Bahia são positivos e favoráveis a nossa administração. Somos o Estado nordestino que mais gera empregos com carteira assinada; até setembro passado já eram mais de 60 mil. Apesar da crise, o nosso Produto Interno Bruto ainda está crescendo num patamar de 5%. As exportações baianas chegaram a US\$ 9 bilhões na balança comercial estatal e o comércio cresce a mais de 10%. Enfim, esses dados positivos naturalmente repercutiram favoravelmente nas eleições municipais.

Repito, somos, sim, um projeto político bem-sucedido, que saiu vitorioso desse processo eleitoral, tanto no âmbito nacional quanto no estadual. Os números são irrefutáveis, eles não mentem. O partido que mais cresceu na Bahia e no Brasil foi o PT; o segundo foi o PMDB. Enquanto isso, os dois partidos que mais diminuíram foram exatamente o DEM, que caiu 37%, e o PSDB, que caiu 10%.

Concedo um aparte, inicialmente, ao nobre deputado Yulo Oiticica. Logo em seguida concederei ao deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Yulo Oiticica:- Deputado Waldenor Pereira, quero parabenizá-lo por sua análise de conjuntura pós-eleitoral. De fato, o governo da Bahia também segue esse bom exemplo do presidente Lula, mudando a faixa do nosso Estado. Não foi à-toa o reconhecimento eleitoral ao nosso governo e o pé-quente que tem sido o nosso governador Jaques Wagner.

É importante lembrar de que na eleição municipal anterior elegemos 19

prefeitos, e agora 68. Ou seja, um crescimento extraordinário do PT, com a aprovação da forma petista de administrar as nossas cidades. E não é só isso, a cidade de V.Ex^a é uma referência, indo para a quarta administração consecutiva do Partido dos Trabalhadores.

E também devo dizer que o DEM tem crescido como o rabo de cavalo, para baixo, diminuindo 37%. Comemorar esse crescimento de rabo de cavalo me faz lembrar do meu time. Torço pelo Bahia, que está na 2^a divisão, imagine eu agora vibrando com a bandeira rubro-negra, porque o Vitória, que está na 1^a divisão, ganhou alguma coisa.

Enfim, o DEM se constitui verdadeiramente como uma 2^a divisão da política baiana e deixa de ser uma força estruturante na disputa pelo poder em nosso Estado. E inevitavelmente o governador Jaques Wagner conta com V.Ex^a, deputado Waldenor, para liderar esta Bancada vitoriosa.

Parabéns, Excelência

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Muito obrigado, deputado Yulo Oiticica, incorporo a sua intervenção.

Agora concedo um aparte ao nobre companheiro Álvaro Gomes, deputado do Partido Comunista do Brasil, o glorioso PCdoB.

O Sr. Álvaro Gomes:- Nobre deputado Waldenor, quero endossar o seu pronunciamento e fazer apenas um pequeno acréscimo. De fato o PT foi o partido que mais cresceu do ponto de vista numérico, mas, proporcionalmente, o que mais aumentou foi o Partido Comunista do Brasil, que pulou de 10 prefeitos para 40. O crescimento do Partido dos Trabalhadores foi de 36%, e o do PCdoB de 300%; o dos demais partidos foi de 14%. Já o DEM sofreu uma queda de 37%. Portanto, o glorioso Partido Comunista do Brasil, nesse ritmo, vai realmente tornar-se uma alternativa para o povo brasileiro.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Muito obrigado, deputado Álvaro Gomes, também incorporo com prazer o seu aparte.

Por tudo isso, nós estamos celebrando, comemorando essas tantas vitórias, essas tantas conquistas para naturalmente homenagear a extraordinária vitória em Vitória da Conquista, deputado Isaac, nesse último pleito eleitoral.

Foram muitos municípios, houve uma renovação significativa no número de gestores que assumirão as administrações municipais. Estamos realmente esperançosos de que essas eleições - que representam, como destaquei, a festa maior da democracia - haverão de ajudar a Bahia nestes novos tempos de liberdade, democracia e participação popular. Foram eleitos muitos novos gestores dos diferentes partidos que haverão de dar uma nova substância, uma nova garra, uma nova oxigenação às administrações municipais para reverter esta dura realidade ainda vivida pelo nosso Estado.

A gestão Jaques Wagner vem fazendo um grande esforço para realizar investimentos em todas as áreas, destacando-se especialmente a da Saúde, Educação e Infra- Estrutura, o que naturalmente a médio prazo irá reverter os duros indicadores sociais com os quais o povo baiano ainda convive. Mas novos gestores de perfis

vinculados à eficiência, ao aumento da produtividade e à modernização administrativa sem dúvida nenhuma ajudarão por demais o governador e o nosso governo estadual na reversão deste duro quadro vivido ainda pela população baiana.

Os pleitos...

O Sr. Adolfo Menezes:- V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Concederei o aparte logo mais, deputado Adolfo. (...) municipais, ao elegerem novos administradores públicos, representam uma esperança de modernização nas administrações, o que indubitavelmente na nossa avaliação repercutirá de modo positivo na melhoria dos serviços prestados por elas em todas as cidades para as quais foram eleitos diferentes prefeitos de diferentes partidos.

Concedo um aparte ao nobre colega deputado Adolfo Menezes.

O Sr. Adolfo Menezes:- Agradeço, meu caro Líder.

Quero dizer que fico contente com mais esse investimento que a Infraero traz a um setor tão importante para a nossa capital, que tem o quinto aeroporto do País, com verbas de 13 milhões para a reforma terminal da pista. E já há estudos dum projeto para uma segunda pista que irá, com certeza, dar mais capacidade ao nosso aeroporto para receber mais vôos e com isso trazer mais turistas e mais empregos à nossa cidade.

Juntamente com essa obra tão necessária que está sendo realizada, temos os viadutos, que têm previsão para serem entregues daqui a poucos meses ficando condizentes com as obras do aeroporto de uma capital como a nossa, as quais o governo Wagner trouxe para cá através de convênio com a Infraero.

Fiquei contente também porque a sua cidade será beneficiada com o aeroporto de Vitória da Conquista, pois era uma vergonha para a Bahia um município daquele porte não ter um aeroporto à altura. Mas acredito que agora, juntamente com o de Ilhéus, ele terá um aeroporto condizente.

Agradeço pelo aparte.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Obrigado, deputado Adolfo Menezes. Incorporo o seu aparte.

Aproveito para fazer este destaque importante a respeito dos investimentos do nosso governo com o apoio do federal, que está fazendo obras importantes em diferentes aeroportos do Estado da Bahia. Naturalmente, além da duplicação da pista do 2 de Julho e de toda aquela construção que vai mudar também o sistema viário de acesso ao aeroporto, outros municípios igualmente estão recebendo investimentos importantes, incluindo o de Vitória da Conquista.

Aliás, Vitória da Conquista está recebendo investimentos importantíssimos do governo do Estado. Além da ampliação do aeroporto, a cidade está recebendo investimentos para a duplicação da Avenida Olívia Flores; a duplicação da Avenida Brumado; a construção de 5 colégios de ensino médio. Vitória da Conquista, hoje, sem dúvida alguma, é um dos municípios que mais recebe investimentos públicos, tanto do governo do Estado quanto do governo federal.

São mais de R\$ 200 milhões, hoje, investidos e realizados no município para a

cobertura total do esgotamento sanitário, com recursos do PAC; recursos destinados à melhoria urbana em vários bairros periféricos da cidade; construção de colégios; duplicação de avenidas.

Agradecendo ao deputado Adolfo Menezes pelo aparte, quero parabenizar o prefeito José Raimundo Fontes, que tem sido brilhante na condução de uma administração profícua, de uma administração que tanto tem realizado por aquele que é o 3º mais importante município do Estado da Bahia .

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, quero, mais uma vez, saudar as visitas ilustres dos parlamentares do Partido dos Trabalhadores, companheiro Neto, de Ribeirão do Largo, e companheiro Bonfim, de Poções, que são parlamentares experimentados, reeleitos para mais um mandato. Vão para o terceiro mandato de vereador e conhecem bem o funcionamento da Casa Legislativa, e muito nos honram suas presenças aqui no dia de hoje.

Também o companheiro Flodoaldo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de importante município do Sudoeste do Estado, um grande produtor de café, dotado de uma localização privilegiada, com áreas também extremamente apropriadas para a pecuária, visita-nos nesta tarde de hoje.

Portanto, Sr. Presidente, estamos todos de parabéns por termos participado de eleições limpas, democráticas, em que tivemos a oportunidade de debater os principais problemas que afligem o Estado da Bahia.

Na condição de Líder do governo, mais uma vez parabenizo o PMDB e, especialmente, o prefeito João Henrique por sua reeleição no 2º turno, ocorrido no domingo aqui, na capital do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o representante do PMN para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará, por todo o tempo do PMN, o nosso grande companheiro, o grande deputado Adolfo Menezes.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o nobre deputado de Campo Formoso, Adolfo Menezes, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, nesses últimos dias, caro presidente, amigo Luiz, o mundo tem assistido a essa bagunça na economia mundial, o derretimento das bolsas. E eu lembro de uma matéria de J.R. Guzzo, que vou ler aqui e gostaria de que fosse transcrita nos Anais desta Casa, que diz tudo sobre essa crise com a maior simplicidade.

(Lê) *“A crise financeira que assusta o mundo vai acabar um dia, mas a pergunta que se faz desde o começo da confusão, dois anos atrás, não foi respondida até agora: como é possível, segundo a lógica econômica mais rudimentar, um banco sério emprestar dinheiro a quem não tem, sabidamente, meios materiais para pagar o que tomou emprestado? Foi isso, e mais nada, que causou o terremoto que está aí;*

algo muito simples, que não poderia ter acontecido nunca, mas aconteceu. Por que nomes que sempre estiveram entre os monumentos da finança mundial foram fazer uma coisa dessas? Não há quem responda. Toda a sabedoria econômica do Planeta concentra seus esforços, hoje, em tentativas de limitar o desastre, e ninguém tem tempo para ficar pensando em questões tão primárias assim; a única coisa que interessa no momento para governos, bancos e empresas é salvar o que ainda pode ser salvo. A pergunta elementar fica esquecida, e isso é um excelente ponto de partida para que no futuro aconteça tudo outra vez.

Uma das regras mais seguras quando se lida com dinheiro estabelece que qualquer pessoa pode fazer um negócio bom, médio ou ruim; o que não pode fazer, nunca, é um negócio que não entende. As operações financeiras que provocaram a crise são um clássico mundial em matéria de negócio incompreensível. Como entender que possa dar certo um tipo de investimento lastreado em empréstimos destinados à compra de imóveis e concedidos a pessoas sem garantias reais a oferecer, sem emprego fixo, sem fontes conhecidas de renda – na aposta de que os preços no mercado imobiliário continuariam sempre subindo e as dívidas acabariam pagas, um dia, com os lucros a ser obtidos pelo devedor? A quem manifestava essa dúvida, casas financeiras do Primeiro Mundo e primeiríssima linha, autoridades públicas e ases do mercado dissertavam sobre débitos colateralizados, derivativos em linha, curvas de risco. Falavam em modelos matemáticos e na sofisticação dos instrumentos modernos para absorver e multiplicar capitais. Mencionavam a complexidade dos empréstimos em condomínio, a securitização de hipotecas, os swaps, os hedges e outros enigmas. Quem continuava sem entender nada, diziam, estava vendo apenas a árvore, não a floresta – e, possivelmente, qualquer explicação estava acima da sua capacidade de compreensão. Seria como explicar o binômio de Newton a alguém que não sabe direito o que é um binômio nem quem foi Newton – melhor, portanto que essas coisas fossem tratadas só por profissionais.

Na verdade, não havia nada mesmo a entender, seja pela lógica econômica rudimentar, seja por qualquer outra. O que existiu, o tempo todo, foi apenas uma corrida para ganhar dinheiro, na forma de lucros ou bônus de fim de ano, com o tráfico de papelada junto a investidores ansiosos por altos retornos. Quem fazia isso não era uma quadrilha de falsários. Eram os grão-mestres financeiros do mundo desenvolvido, a começar pelos de Wall Street. Acham-se portadores de uma forma superior de moralidade, que gente de países como o Brasil, por exemplo, não é capaz de entender e muito menos de praticar. São até vistos com admiração reverente, por aqui, porque fazem doações ao Metropolitan Museum de Nova York e à Universidade Harvard, assinam códigos de ética e não andam em carros blindados, ao contrário dos capitalistas brasileiros – tidos como incultos, primitivos e gananciosos. Lamentam que se furte do Erário nos países onde é praticado o capitalismo selvagem. Mas acham perfeitamente aceitável furtar do público – clientes, acionistas ou investidores – quando aparece um bom subprime pela frente. Aí a maioria se transforma em manada e a única regra de governança é: se os outros estão ganhando dinheiro com isso, nós também temos de ganhar. A cada dia se

parecem menos com J.P. Morgan – e cada vez mais com Salvatore Cacciola.

A reação menos eficaz diante disso tudo é ficar anunciando o fim do “neoliberalismo”, ou mesmo do capitalismo, ou praguejar contra o “cassino financeiro”. Nada disso adianta – é apenas gritaria de arquibancada que fica xingando o juiz e não muda o resultado. Os mercados financeiros vão continuar perfeitamente vivos, porque o mundo precisa deles para funcionar. Onde se vai aplicar esse dinheiro todo que existe por aí – em Marte? Também não há ninguém disposto a queimá-lo, só para dar uma lição aos banqueiros de Wall Street. A saída é conviver com eles da mesma maneira como se convive com um porco-espinho.”

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta matéria nos mostra que tudo estava correto sobre a situação financeira mundial. Alan Greenspan, presidente do FED, usou o termo *exuberância irracional* para descrever o comportamento dos investidores no mercado de ações. Não fazia sentido, caro deputado Heraldo, um apartamento nos Estados Unidos de quarto e sala de 60 metros quadrados ser vendido a US\$ 1 ou 2 milhões. Alguma coisa estava por vir e ninguém via nada.

Infelizmente, essa ciranda financeira vai continuar causando problemas, falindo empresas, transformando outras em pó e deixando principalmente os investidores das bolsas de valores perderem seus recursos.

Parece que o Brasil não sofrerá tanto, mas também não irá passar pela crise apenas como uma “marolinha”, como disse o presidente Lula nos primeiros meses. Acredito que nossas autoridades já estão tomando algumas posições. Após as eleições pacotes deverão ser baixados para que o País não sofra.

Não tenho dúvida que mais dia menos dia, deputado Rogério, estaremos no início de uma recessão. É claro que o Brasil não passará incólume a essa confusão dos bancos mundiais. E o governo do presidente Lula já admitiu, como é do conhecimento de todos, que os bancos oficiais, Caixa Econômica e Banco do Brasil, comprarão ações de construtoras de bancos particulares que venham ter dificuldades. Ainda bem que não será dinheiro jogado fora. Se algum dia as ações se recuperarem, pelo menos o governo terá participação e poderá vendê-las. É muito melhor do que dar o dinheiro sem contrapartida, como já foi feito no passado.

Então, Srs. Deputados, gostaria que esta matéria seja transcrita nos anais desta Casa, porque ela explica tudo. Para minha alegria, defensor que sou do sucesso do governador Wagner, fico contente com as reportagens dos jornais de hoje: O presidente Lula informa que a Bahia não terá um centavo sequer cortado dos investimentos previstos no PAC; do início das obras da Ferrovia Oeste-Leste e dos aeroportos principais, tanto de Salvador como de Vitória da Conquista e de Ilhéus; do conjunto de viadutos que irá desafogar a área no bairro de São Cristóvão visto que era uma saída muito feia do aeroporto para a capital do nosso Estado, um dos mais importantes da Federação...

Com tantas obras, acredito que nesses 2 anos o governador dará continuidade.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra, o Líder da Minoria ou representante do PTN, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, o deputado Paulo Azi falará por 5 minutos e o deputado Rogério Andrade por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o nobre deputado Paulo Azi pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, as eleições no último domingo repercutiram intensamente, não apenas em Salvador, mas, em toda Bahia. Gostaria de tecer alguns comentários e a nossa visão acerca da vitória do candidato do PMDB, o prefeito João Henrique Barradas Carneiro.

Quero, inicialmente, parabenizar o prefeito João Henrique pela sua bela vitória, sua esposa, a deputada Maria Luiza, e dizer, Sr. Presidente, que são vários os fatores que fizeram com que o prefeito tivesse uma maciça votação anteontem. É inegável que se trata de um político carismático, que tem muita fé e que teve uma capacidade enorme de reagir e sair da dificuldade em que se encontrava a sua administração e passar a ter condições reais de disputar essa eleição. Não se pode negar que isso se deu graças ao apoio que recebeu do PMDB, na figura do seu ministro Geddel Vieira Lima, que inegavelmente contribuiu decisivamente para que o prefeito João Henrique pudesse levantar a sua administração.

É inegável também, Sr. Presidente, que a melhora da administração João Henrique se deu exatamente quando o PT se afastou da sua administração. A saúde pública de Salvador, até então administrada, por mais de três anos, pelo Partido dos Trabalhadores, era o calcanhar de Aquiles dessa administração. E o povo da nossa cidade pôde perceber a mudança imediata quando da saída dos petistas da administração municipal e o ingresso de um nome técnico preparado para dirigir os destinos de importante Pasta.

Não se pode negar, Sr. Presidente, a importância do nosso partido, a importância do Democratas, o apoio que deu à candidatura do prefeito João Henrique, o apoio do nosso candidato, o deputado ACM Neto, e do nosso partido, na pessoa do nosso querido presidente, o ex-governador Paulo Souto, que foram, sem dúvida alguma, fatores decisivos para a grande vitória do prefeito João Henrique.

Outros fatores, também, Sr. Presidente, foram fundamentais para a construção dessa vitória. E aqui quero destacar a coragem do prefeito João Henrique, deputado Heraldo Rocha, quando, de forma altiva, denunciou o que todos nós já sabemos, a incompetência e a lerdeza do governo do Estado. No momento em que o prefeito João Henrique fez essa denúncia, imediatamente, deputado Heraldo Rocha, uma parcela importante da população de Salvador se voltou e foi ao seu encontro para apoiá-lo. Ao mesmo tempo é inegável o apoio ostensivo, político e pessoal do governador Jaques Wagner, que colocou toda a máquina administrativa do Estado a serviço da campanha do seu candidato e ao mesmo tempo se empenhou pessoalmente, inclusive tirando o traje de governador e se comportando como um autêntico militante petista. E aí utilizou palavras pouco recomendáveis para a figura de um governador de Estado e ao mesmo tempo se igualando no estilo petista de

fazer política. Não tenho dúvida de que essa ação do governador Jaques Wagner, com o uso indiscriminado da máquina pública e a sua desastrosa participação pessoal nessa campanha, foi também decisiva para a enorme derrota do Partido dos Trabalhadores e, por que não dizer, para a grande derrota do Governador Jaques Wagner na eleição de Salvador.

Quero concluir, deputado Luiz de Deus e deputado Heraldo Rocha, chamando a atenção para uma coisa: parece que o governador não acorda. O governador, deputado Gildásio Penedo, continua demonstrando o seu viés autoritário, mesmo depois das eleições. E o jornal *A Tarde* publica: “Wagner dá ultimato a Geddel. DEM na Prefeitura, fim da aliança.”

Demonstra o viés autoritário do governador, que quer se imiscuir, deputado Luiz de Deus, dos assuntos internos do Democratas e do PMDB, que quer se imiscuir dos assuntos internos da Prefeitura Municipal de Salvador. Mas quero aqui tranquilizar S. Ex^a o Governador Jaques Wagner. O nosso partido não é o partido da boquinha. V.Ex^a fique tranquilo. O nosso partido, antes das eleições, já disse que não queria participação com cargos na Prefeitura de Salvador e mantém a mesma postura depois das eleições. Não se preocupe, nós não somos o partido da boquinha.

E quero concluir, Sr. Presidente, deputado Luiz de Deus, mesmo não sendo do PMDB, quero dizer ao ministro Geddel que V.Ex^a, ministro, não tenha pressa de desembarcar desse governo. V.Ex^a ajudou a eleger esse governo, não precisa ter pressa para desembarcar. V.Ex^a tem 40 meses para desfrutar dos cargos que esse governo que está aí lhe deu. Não tenha pressa, ministro, são 40 meses para que V.Ex^a possa desfrutar desse governo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o deputado Rogério Andrade por 5 minutos.

O Sr. ROGÉRIO ANDRADE:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, caro Líder deputado Heraldo Rocha, nós da Comissão de Finanças e Orçamento estivemos averiguando a execução das obras do Estádio de Pituaçu e saímos de lá com uma impressão: essas obras não merecem nota 10, nobre deputado Arthur Maia; merecem nota 100: sem licença ambiental, sem alvará, sem licitação.

Esta Casa precisa tomar uma posição com relação àquela barbárie: uma obra orçada, inicialmente, em R\$ 22 milhões, já chega ao montante, anunciado pelo próprio governo, de R\$ 55 milhões. Sendo que R\$ 19 milhões sem o procedimento licitatório, e os R\$ 39 milhões restantes licitados com fracionamento. Em vez, nobre presidente, de licitarem esses R\$ 39 milhões em única licitação, fracionaram com o objetivo claro de burlar as modalidades licitatórias que a Lei de Licitação exige.

Precisamos, nobre deputado Sandro Régis, urgentemente, de esclarecimentos da Conder. Caso contrário, não há outro caminho a não ser a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar aquelas irregularidades.

Aprovamos um requerimento na Comissão de Finanças e Orçamento. O nobre

deputado Waldenor Pereira, Líder do governo, telefonou para o deputado Heraldo Rocha solicitando a antecipação da visita às obras de Pítuaçu para as 11h da manhã, argumentando que lá estaria, deputado Sandro Régis, a presidente da Conder, Dr^a Maria Del Carmem, para nos receber e prestar os devidos esclarecimentos. Mas, lamentavelmente, desrespeitaram a Assembléia Legislativa, desrespeitaram os deputados que lá estiveram para cumprir o seu papel de representantes da população.

O mais grave, desrespeitaram a Comissão de Finanças e Orçamento, umas das mais importantes deste Poder, que tem a atribuição precípua de fiscalizar e de controlar as ações do governo do Estado. Nobre deputado Álvaro Gomes, senti sua falta naquela visita. V.Ex^a, que é suplente dessa comissão, poderia muito bem estar lá para nos ajudar a descobrir a verdade. Não queríamos nada mais nada menos do que explicações e esclarecimentos, pois o nosso papel é o de fiscalizar as ações do Estado.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, hoje pela manhã estivemos com Dr. Lidivaldo, capitaneados pelo Líder da Minoria, deputado Gildásio Penedo, e cobramos dele providências. Agimos assim diante do que tem acontecido na Bahia. E não é só, deputado Heraldo Rocha, na Secretaria de Desenvolvimento Urbano; essas dispensas exageradas de licitação também têm ocorrido em todas as secretarias de Estado da Bahia, sem nenhuma justificativa.

O Campeonato Brasileiro da 2^a divisão já está se exaurindo e até o momento nenhum jogo do Esporte Clube Bahia aconteceu no Estádio de Pítuaçu. Isso joga por terra a justificativa, deputado Eliedson, de que a dispensa de licitação seria uma excepcionalidade devido à urgência desse campeonato. Não há nenhuma justificativa. A justificativa é a falta de transparência que tem sido regra nesse governo, o qual já no primeiro teste eleitoral saiu das urnas desmoralizado, derrotado! Este é o primeiro passo para a grande derrota desse governo incompetente. O segundo será em 2010.

Ai, que saudade, deputado Sandro Régis, do nosso ex-governador Dr. Paulo Souto! Mas a Bahia não perde por esperar!

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o representante do PSB para falar ou indicar orador por 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes durante 10 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, quero me referir ao movimento dos bancários, à greve deles. Na realidade, eles fizeram uma das mais longas greves da sua história. Aqui no Estado da Bahia durou 23 dias nos bancos privados e no Banco do Brasil, e 24 dias na Caixa Econômica e no Banco do Nordeste.

Foi uma paralisação duradoura, consistente, com alta adesão. O movimento grevista foi importante para os trabalhadores bancários e a sociedade também, na medida em que eles conseguiram ver atendidas as suas reivindicações parcialmente.

Foi uma vitória para os bancários essa greve!

Além de ter sido duradoura, teve alta adesão: 140 agências paralisadas no Estado da Bahia e mais de 5 mil paradas no Brasil. Portanto, a categoria aderiu fortemente ao movimento, principalmente nos bancos públicos federais, como a Caixa Econômica, o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil. Nos bancos privados, embora a adesão tenha sido menor, também foi uma greve importante.

Em que pese aos bancos terem utilizado mecanismo atrasado e ultrapassado que consideramos inadequado para o momento, o chamado interdito proibitório, que na nossa opinião não pode ser aplicado ao movimento grevista, pois é aplicado para outras situações de paralisação, não para a greve, infelizmente em muitos casos a Justiça o concedeu buscando interferir na greve dos bancários, enfraquecê-la.

Mas o que observamos foi a sabedoria, a combatividade e a coerência de uma categoria que sabe lutar e tem experiência na luta. Os bancários conseguiram arrancar uma proposta razoável do sistema financeiro. Nós conseguimos 10% de reajuste para aqueles que ganham até R\$ 2.500,00 e 8,5% para os que têm um salário acima desse valor. Com relação à participação nos lucros, obtivemos 90% sobre o salário reajustado e mais R\$ 966,00 fixos.

Então, a greve dos bancários surtiu efeito, porque no início os bancos não apresentaram nenhuma proposta, após o movimento grevista forte, coerente, os bancos foram obrigados a apresentar uma proposta, atendendo às necessidades da categoria.

Mas, é preciso também continuar insistindo aqui que os bancos são o segmento mais beneficiado da economia. Mesmo com a crise internacional, mesmo com todas as situações de dificuldades para a população, os bancos continuam aumentando o seu patrimônio e o seu império. No ano passado, o lucro líquido dos bancos do sistema financeiro foi de 57 bilhões de reais. Os bancos obtêm lucros explorando não apenas a categoria bancária, mas também a sociedade. Para se ter uma idéia, apenas com a cobrança das tarifas bancárias os bancos já pagam a folha de pessoal e ainda sobra dinheiro. Cobram-se tarifas absurdas! Essa situação precisa mudar. É preciso oferecer melhor atendimento à clientela, que tem o direito de ser bem atendida.

Nesse sentido, fruto da nossa luta no Sindicato dos Bancários, trouxe para a Assembléia Legislativa várias proposições que apresentei em forma de projeto de lei, entre elas as que estabelece o tempo máximo de 15 minutos de espera na fila dos bancos. É importante que se transforme em lei estadual, porque assim teremos mais instrumentos para fiscalizar os bancos e fazer com que eles prestem um melhor atendimento. Já existem algumas cidades com essa lei, mas o Estado precisa aprovar uma lei que estabeleça o máximo de espera na fila dos bancos, de 15 minutos, projeto de minha autoria apresentado desde 2003. Esperamos que ele seja votado o mais rápido possível.

Temos também projeto com relação à segurança nos bancos, que já é também lei municipal em algumas cidades do Brasil e que é uma reivindicação da categoria, as chamadas

portas giratórias. É lei na cidade do Salvador, é lei em algumas cidades, mas é

preciso que se transforme também em lei estadual, porque, da mesma forma, teremos mais instrumentos de fiscalização para pressionar os bancos a oferecerem maior segurança, não apenas aos bancários, mas também à clientela.

Além disso, também apresentamos outros projetos, como o que isenta o cliente a não pagar tarifas em operações realizadas no auto-atendimento e pela *internet*. Não é possível que o cliente tenha que trabalhar, ser atendido pela máquina - ainda corre o risco de ser assaltado no auto-atendimento - e ter que pagar a tarifa bancária. Então, no serviço de auto-atendimento o cliente não deve, não pode pagar tarifa bancária. Isso é um abuso! Portanto, apresentei também um projeto de lei nesse sentido, assim como aqueles que fazem operações na *Internet*, que também são obrigados a pagar tarifas bancárias. Essas tarifas são abusivas, são inaceitáveis. Por isso, apresentamos uma proposição, um projeto de lei nesse sentido.

Apresentamos também proposição para que, durante todo o período de funcionamento do auto-atendimento, haja não apenas vigilantes, mas também bancários para orientar aos clientes. Lá, eles correm o risco de assalto, correm o risco de golpes, e é preciso que os bancários estejam orientando aos clientes durante todo o período de funcionamento do auto-atendimento.

Essas são proposições que apresentei aqui dentre os 195 projetos meus que tramitam nesta Casa, muitos dos quais relativos à defesa do consumidor. E a Assembléia Legislativa pode legislar em matérias que digam respeito à defesa do consumidor.

Portanto, apresentamos essas proposições e esperamos que sejam aprovadas o mais rapidamente possível, para melhorar o atendimento bancário, melhorar a qualidade do atendimento para aqueles que precisam, que são os clientes dos bancos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Heraldo Rocha):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PCdoB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Carlos Ubaldino:- Sr. Presidente, falará, pelo tempo de 8 minutos, o deputado Ubaldino.

O Sr. PRESIDENTE (Heraldo Rocha):- Com a palavra o deputado Pastor Ubaldino, pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. CARLOS UBALDINO:- Sr. Presidente, demais companheiros deputados e deputadas, amigos que nos prestigiam com suas valiosas presenças na Galeria Paulo Jackson, estamos vivendo um tempo ímpar na história da política no Estado da Bahia, em que, com o voto livre, o povo baiano pôde eleger seus legítimos representantes.

Fiquei um tanto perplexo ao ouvir, nobre deputado José Neto, tantos elogios ao governo passado, e por que não dizer, ao governo Paulo Souto, ao qual o povo disse não a seu trabalho na Bahia!

Srs. Deputados, quero dizer...

O Sr. Sandro Régis:- Um aparte, nobre deputado.

O Sr. Rogério Andrade:- Um aparte, nobre deputado.

O Sr. CARLOS UBALDINO:- (...) a V.Ex^as que a ditadura perdurou por 40 anos. Mas V.Ex^as não querem se conformar que a ditadura acabou, e no apagar das luzes de uma campanha democrática, livre, na qual o governo teve o prazer de visitar todos os candidatos no 1º turno, querem fazer disso motivo para crucificar o governo Wagner!

Wagner, você é o homem que o povo escolheu para fazer a diferença no Estado da Bahia!

Olhando para o retrato do passado, vemos com os olhos da tristeza, senhores, as estradas do Estado da Bahia transformadas num verdadeiro caos. Isso contribuiu para que o povo do Estado da Bahia, que aprendeu a escolher, dissesse não ao governo de Paulo Souto.

Senhores, simplesmente com 1 ano e meses de mandato V.Ex^as querem trazer à tona tantas exigências ao governo que está aí. O governo que disponibilizou as contas públicas para todos os senhores e, por que não dizer, para todos os baianos.

Hoje, ouvimos o grito da perda do Governo na Bahia. Um governo que, deputados José Neto e Bira, teve a coragem de apresentar um candidato a prefeito a três meses do pleito de 5 de outubro. Esta é a coragem de um homem que quer viver a democracia no Estado da Bahia. Parabéns, Rui Costa! Parabéns, governador Wagner! V.Ex^a não perdeu a eleição em Salvador. V.Ex^a não foi simplesmente o vitorioso, foi mais do que o vitorioso. Ora, três meses se distanciavam do grande pleito de 5 de outubro. Por que não olharmos os 40 anos de ditadura? O Estado da Bahia, o povo, não agüentava mais isso e disse através do voto livre nas urnas: “Chega de Ditadura! Chega de Ditadura!”

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS UBALDINO:- V.Ex^a está inscrito. Falará no seu devido tempo. V.Ex^as têm que se sentir incomodados.

O Sr. Rogério Andrade:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS UBALDINO:- V.Ex^a está inscrito. No seu tempo, V.Ex^a poderá me crucificar, crucificar o meu governador. Estou do lado do trabalho, estou do lado da verdade. V.Ex^a conhece isso do deputado Ubaldino. V.Ex^a na sua fala, por certo não terá outra fala, deputado, a não ser a de elogiar o deputado Ubaldino pelo trabalho que tenho feito nesta Casa, através do qual tenho adquirido de V.Ex^a, e dos Srs. Deputados, a confiança e o respeito. Temos que primar pelo bem, pela verdade, pelo respeito e pela ética.

Sr. Presidente, falando em trabalho, os olhos da população metropolitana estão voltados para o anel viário ali no aeroporto. Trabalho do governador Jaques Wagner. A BR-110, senhores, meu grande presidente Marcelo Nilo, V.Ex^a é testemunha disso, era um verdadeiro caos. Um abandono de 40 anos. Uma BR feita ainda no tempo do governador Lomanto Júnior. V.Ex^a é testemunha disso. E o governador Wagner, olhando o sofrimento do semi-árido baiano, da região de Olindina, da região de Tucano, de Nova Soure e até da região de Paulo Afonso... Muito obrigado, governador. V.Ex^a tem aqui uma bandeira, uma voz nesta Casa para primar pelo bem,

para trabalhar com honestidade, para trabalhar pelo povo enquanto estivermos aqui. Senhores, isso é motivo de orgulho.

Os senhores estão esquecidos de que a BR de Santa Maria da Vitória a Bom Jesus da Lapa já foi licitada e a qualquer momento serão iniciadas as obras. Srs. Deputados, vamos aproveitar e também apresentar os trabalhos, as virtudes do governador Wagner e não tão somente crucificá-lo.

Observa-se ainda que a semente plantada há 40 anos não vigorou, não nasceu, não cresceu, teve de ser reprimida, porque era a semente do descaso, do abandono. Era uma semente tão triste, senhores! Isso vai inflamar V.Ex^{as}. Bira, pode olhar para mim. Houve a necessidade de se instalar uma CPI da Ebal, porque o rombo estava acima de 312 milhões. Srs. Deputados, vamos olhar tão somente a vida de Wagner, ou vamos olhar uma desastrosa administração à qual a Bahia disse não. Estamos respeitando, nobre deputado, mas na hora que é necessário falar a verdade, temos que falar, custe o que custar. Se V.Ex^a está dizendo para soltar Paulo Souto é porque o povo o prendeu nas eleições passadas. E o povo da Bahia disse não. E Wagner está aí com 2 anos e meses pela frente para dizer que veio para fazer a diferença, para trabalhar. E aquele que V.Ex^{as} estão dizendo que está solto, o povo mandou prender, mandou calar a voz. Isso é o que temos que falar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Estamos aqui para hastear essa bandeira quando se fizer necessário.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, antes de passar a palavra para o próximo orador, gostaria de comunicar ao Plenário que alguns deputados entraram com mandado de segurança e o Tribunal de Justiça por 11 votos a 9, ou seja, por menos de 2/3 daquele colegiado, decidiu... A decisão está contida, salvo engano, em 25 páginas. Vou ler o último parágrafo que é a decisão final. (Lê): *“Por essas razões voto, pela concessão da Segurança para determinar que o cálculo da representação partidária/bloco na formação das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia seja feito levando-se em consideração a composição partidária fruto das eleições e não aquela existente na data da posse dos parlamentares, bem como que seja adotado o critério de escolha alternada para a direção das aludidas Comissões, considerada a referida composição formada pela vontade popular.”*

Quero comunicar ao Plenário que, hoje pela manhã, demos entrada em embargo declaratório. E entre os vários argumentos pedimos, em outras palavras, no linguajar jurídico, a revogação da decisão. Mas em respeito à Justiça e aos parlamentares que entraram, a presidência desta Casa, depois de consultar a procuradoria jurídica, fez apenas um resumo, (Lê): *“Comunica aos Srs. Deputados e Deputadas que tomou conhecimento do acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, que determinou que a representação nas Comissões seja feita segundo a filiação partidária do Deputado à época da sua eleição, e não da posse, como já havia decidido esta Casa.*

Sem prejuízo dos recursos cabíveis, e dada a relevância da matéria para o funcionamento do Poder Legislativo, entende a Presidência que é do seu dever dar cumprimento ao aludido acórdão, no sentido de que as representações nas Comissões hoje existentes, incluindo-se as Presidências e Vice-Presidências, sejam refeitas, concedendo prazo de três dias para que as Bancadas, Blocos e Representações Partidárias, oficializem a indicação dos seus respectivos Líderes e Representantes.

Concluída a indicação dos Líderes e Representantes, caberá a estes apontar os nomes dos Deputados que comporão as Comissões, obedecendo o princípio da proporcionalidade partidária.

Nesse sentido, a Presidência fará publicar Ato no Diário do Legislativo, a partir de quando fluirão os prazos acima previstos.

As presentes medidas conservarão sua eficácia até que se consume o julgamento definitivo do Mandado de Segurança, em função de recurso interposto pela Assembléia Legislativa.

A presidência vai ler o ato que vai assinar aqui e mandar publicar no Diário Oficial: O presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições e tomando conhecimento da decisão exarada no mandado de segurança 12.853/07 em seu cumprimento resolve: Ficam dissolvidas as atuais Bancadas, Blocos e Representações Partidárias. 2- Caberá aos parlamentares no prazo de 3 dias oficializar a indicação das lideranças da Maioria e da Minoria Parlamentares, como bem das Bancadas, Blocos e Representações que as compõem para efeito de indicação dos seus membros na comissão. Constituídas as lideranças e representações, deverão essas, no prazo de 3 dias, encaminhar à presidência a indicação dos deputados que terão assentos nas comissões, observada a proporcionalidade partidária, segundo o critério de filiação à época da proclamação dos resultados da eleições. Esse ato entra em vigor na data da sua publicação, perdendo a sua eficácia na hipótese de alteração do acórdão 12.853/07.”

A presidência entrou com embargos declaratórios, mas vai cumprir a decisão enquanto não julga os embargos. Portanto, cumprirei a decisão. A decisão do Tribunal determina que as comissões têm que ser calculadas com os fruto dos votos no dia da eleição. Então, é óbvio que no dia da eleição, todas as lideranças devem ser refeitas, vez que todos os deputados passam a ter dentro do Plenário e das comissões o seu partido o qual foi eleito.

A presidência está apenas cumprindo uma decisão judicial. Não concordo com a mesma, tanto é que estamos entrando com embargos declaratórios e a presidência está apenas cumprindo, tendo em vista que as comissões são refeitas, é óbvio que as lideranças também terão que ser refeitas, o líder de hoje pode não ser o mesmo do dia da eleição.

Então, a presidência toma essa decisão, óbvio que é apenas para cumprir, eu não podia fazer diferente, a decisão solicitada por alguns parlamentares que quiseram.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gildásio Penedo.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, aguardaremos, como V.Ex^a nos solicitou e a todos os líderes partidários que esta presidência tomaria um posicionamento acerca do acórdão publicado na última quarta-feira quando determina, nas razões finais, que o cálculo para efeito na conta das comissões seja efetuada em função da vontade popular. Naquele momento, o Partido da Frente Liberal elegeu 16 deputados estaduais até o dia da eleição que acabaram migrando, até o dia da posse, para outras agremiações.

Entramos com esse mandado de segurança junto com o PR e com o PTN e tivemos, depois de uma decisão morosa da Justiça baiana, um voto de discordância do eminente desembargador Eserval Rocha, contrariando, inclusive, a decisão da relatora Dr^a. Juíza Maria de Lourdes Pinho Medauar, que acabou sendo consagrada pela maioria do Tribunal de Justiça pelo placar de 11 a 9. Entendemos também que o mandado de segurança, como bem colocou V.Ex^a preliminarmente, tem auto-executoriedade, ou seja, mesmo que a Casa através da Mesa ou da Procuradoria entre com o embargo, este não tem efeito suspensivo.

Portanto, V.Ex^a está correto no que mencionou anteriormente. Quero fazer justiça a esse entendimento quando, embora recorrendo à ação, a medida em sua segurança jurídica deverá ser cumprida na sua inteireza e na sua executoriedade. Mas V.Ex^a - e aí nos causa um pouco de espanto, Sr. Presidente, no julgar do ramo jurídico - julga *ultra petita*, julga fora do pedido. V.Ex^a deverá se limitar como autoridade nesse movimento a cumprir aquilo que o Tribunal de Justiça determina, que é a questão da construção dos blocos. Então, não é certo V.Ex^a querer a esta altura do campeonato mudar a composição dos blocos, que só poderá ser feita de forma anual, V.Ex^a sabe disso, o próprio Regimento prevê isso.

Essa decisão, nobre presidente, se sustentou com a omissão do Regimento Interno da Casa, que não era muito claro sobre quando deveria ser feito esse cálculo. O Tribunal clareou essa decisão, mas em relação à nova composição de blocos parlamentares, isso é fruto de uma decisão dos deputados. A nova composição de blocos parlamentares é fruto de uma decisão dos deputados. V.Ex^a não pode, por livre arbítrio, fazer as mudanças que entende neste momento.

Portanto, *data vênia*, quero alertar V.Ex^a sobre o equívoco que poderá cometer. V.Ex^a foi um condutor imparcial da primeira decisão, quero fazer justiça, como um homem respeitador do Judiciário da Bahia, mas não pode desfazer os blocos existentes, a não ser com provocação dos próprios parlamentares.

Não há essa provocação, não houve, em momento nenhum, nenhuma sinalização de nenhum deputado. Aliás, quando foi feita, o foi de forma escrita para V.Ex^a, assim fizeram os deputados Fernando Torres e Jurandy Oliveira. V.Ex^a não pode, em momento nenhum, permita-me a franqueza deste posicionamento, querer desconstituir os blocos existentes.

Se V.Ex^a assim o fizer, eu tenho condições plenas, como Líder da Bancada da Minoria, até então representada pelo Democratas e pelo PTN, informar quantos deputados... Aliás, é pública e notória a composição das eleições no período eleitoral de 2006. Não há necessidade alguma. Eu vejo um equívoco de V.Ex^a e quero crer que

V.Ex^a não deverá insistir nesse posicionamento, porque está fora totalmente do que foi pleiteado e do que foi decidido pela Justiça baiana.

Portanto, repito, seria um equívoco de V.Ex^a querer transgredir o que o Regimento determina. O Regimento é muito claro, as composições parlamentares permanecem, a não ser que haja um fato posterior que desfaça os Blocos. Os Blocos, até o momento, estão feitos. Foi assim, Sr. Presidente, que no primeiro momento, só para lhe citar como exemplo, no início da legislatura, a Oposição era representada pelo Democratas, PR e PTN. No ano subsequente, o PR entendeu de se desligar do Bloco da Minoria e compor o Bloco da Maioria.

Isso tem o princípio da anualidade. V.Ex^a não pode, por livre arbítrio e vontade única, querer mudar o Regimento, que é muito claro. Acredito no bom senso, na imparcialidade de V.Ex^a e, principalmente, no respeito ao Regimento da Casa. V.Ex^a não pode querer estender a decisão do Judiciário baiano, que em momento nenhum fala em recomposição de Blocos Parlamentares.

Quero apelar mais uma vez ao bom senso de V.Ex^a, e que, efetivamente, nós não precisemos travar aqui mais uma batalha jurídica. Acho que V.Ex^a quer, neste momento, e nós queremos como um todo, é fazer valer a determinação judicial.

É esse apelo que faço a V.Ex^a, discordando efetivamente desse ponto que nós não entendemos como cabível, até porque o Regimento da Casa é muito claro no que concerne à formação dos Blocos Parlamentares, que é uma provocação única e restrita de cada parlamentar, que constitui o seu Bloco, a não ser por uma decisão posterior que irá desfazer o Bloco atual. V.Ex^a não pode, num ato único e isolado, de crivo pessoal, desfazer as composições parlamentares existentes neste Poder.

É esse o apelo que faço a V.Ex^a.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a está de que lado hoje?

O Sr. Elmar Nascimento:- Sou do Bloco Independente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a aguarde. O Bloco da Maioria pediu, depois será V.Ex^a. Os Blocos da Maioria e da Minoria sempre têm precedência.

Questão de ordem ao deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria chamar atenção... fazer um destaque quanto ao cumprimento da ação judicial. Estou entendendo que V.Ex^a, após a publicação da decisão do TJ, cumprindo com o que havia inclusive se comprometido, está fazendo cumprir a decisão judicial. Essa é primeira preliminar importante a ser destacada.

Quero contestar o deputado Gildásio Penedo em parte, mas que altera substancialmente o argumento por ele apresentado, chamando a atenção a respeito daqueles parlamentares, deputado Gildásio Penedo, e o faço ponderadamente, apenas para ajudar, com a discussão, aqueles parlamentares que mudaram de partido entre a data do resultado da eleição e após. Ainda que se mantenham nos Blocos, se fosse o caso, eles teriam que ser recompostos dos Blocos atuais para o Bloco onde o seu

partido está compondo. Exemplo: Se um deputado foi eleito pelo Partido da Frente Liberal, PFL, e neste momento ele está compondo um outro Bloco pela mudança do partido, mantendo-se o argumento apresentado por V.Ex^a, ele teria que retornar ao Bloco de V.Ex^a, ou à Bancada.

Portanto, há uma alteração, naturalmente, do número de componentes do Bloco ou da Bancada, o que vai evidentemente alterar também as contas que são estabelecidas pelo Regimento.

Logo, o encaminhamento do deputado Marcelo Nilo está mais do que correto, porque ele está cumprindo uma decisão judicial, que altera substancialmente as composições de Blocos e Bancadas. Se altera substancialmente as composições de Blocos e Bancadas, e se o Regimento determina que quem faz a indicação do parlamentar para compor as comissões é o Líder do Bloco ou Bancada, isso é claro no Regimento, é evidente que o parlamentar que mudou de partido e que foi indicado anteriormente para compor essa ou aquela comissão por uma outra liderança, terá que mudar, terá que acatar, agora, a indicação da liderança do partido pelo qual ele foi eleito e não, a liderança do partido para o qual ele mudou posteriormente ao resultado eleitoral.

Portanto, não tenho nenhuma dúvida, Sr. Presidente, acredito que os argumentos utilizados pelo deputado Gildásio Penedo foram um esforço de fato que eu também não estou entendendo, porque, se houve uma intercalação judicial e se o presidente está decidindo pelo acatamento da decisão, me causa estranheza e estarrecimento que o deputado Gildásio Penedo, Líder da Minoria, esteja a contestar aquilo que pleiteou junto à Justiça.

V.Ex^a já foi bastante claro em afirmar que é contra a decisão judicial, mas a está cumprindo, até que o embargo que propõe a revisão, a reformulação da decisão, seja julgado.

Portanto, Sr. Presidente, quero me posicionar, ainda que também contrariamente à decisão judicial, ao cumprimento tão exigido, tão requerido, tão reclamado, inclusive, por aqueles que foram os autores desse recurso no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que lamento o fato de o governo tentar impor a V.Ex^a que jogue a sua biografia no lixo, tentar num momento como este nesta Casa V.Ex^a ter uma decisão absolutamente parcial, e vou fundamentar aqui em função disso.

O Regimento da Casa, quando trata da constituição dos Blocos Parlamentares, nos arts. 34, 35, 36, é bastante claro ao dizer que só os deputados podem constituir ou desconstituir um Bloco Parlamentar e eleger ou retirar um Líder; isso pode ser feito a qualquer instante pelos deputados. À Mesa e à Presidência cabe apenas mandar publicar uma decisão tomada pelos parlamentares, nunca refazer.

E aí vou para o segundo argumento. Se prevalecer a tese que, infelizmente, V. Ex^a tenta implantar agora – e sei que vai rever essa posição –, dizendo que volta tudo

ao *status quo* anterior à eleição e à composição da Mesa até a indicação dos Líderes, seriam nulos todos os atos das comissões até então. E nós não pedimos isso em nenhum momento.

Presidente, se V.Ex^a quiser retornar ao *status quo* anterior às indicações – e não é isso o que a decisão judicial emana –, seria nula, inclusive, a maior comissão da Casa, que é a Mesa Diretora. Se V.Ex^a entender assim e quiser antecipar o processo sucessório, nós estamos dispostos a isso. Renunciam todos os membros da Mesa Diretora e vamos fazer a eleição da mais importante de todas as comissões, que é, repito, a Mesa Diretora.

Nós não queremos retroagir ao *status quo* de antes. A decisão é simples e clara. Está no final do relatório do voto do eminente desembargador Eserval Rocha que apenas sejam feitas as indicações partidárias. E aqui nós temos os Líderes, os quais V.Ex^a não tem competência para destituir. Eu mesmo em nenhum momento vou trazer nova indicação do meu Bloco, porque a minha indicação está publicada no *Diário Oficial* e sou o Líder do PR/PRTB.

A mesma coisa seria o deputado Heraldo Rocha ter que colher assinaturas para novamente ser reconduzido à Liderança do DEM, quando está já está publicada a sua indicação, com todos os seus efeitos jurídicos permanentes. Bem assim o deputado Gildásio Penedo, Líder da Oposição; o deputado Roberto Muniz, Líder do Bloco PP/PRP, essas Lideranças só podem ser questionadas pelos próprios deputados.

Eu só aceito, presidente, ser destituído pelos deputados da minha Bancada. A Presidência não tem essa competência, não tem essa prerrogativa e não pode desconstituir o meu Bloco nem destituir a minha Liderança. Não vamos admitir isso!

A prevalecer essa interpretação de que nós temos direito a quatro vagas na comissão, vai estar instalada uma crise sem precedentes no Legislativo baiano, porque a partir desse instante não vamos indicar nem dar quórum ao funcionamento de qualquer comissão.

Quero dizer – como afirmei quando V.Ex^a, Sr. Presidente, me perguntou de que lado estou – que tenho um respeito muito grande pelo senhor. Talvez esteja entre os dois maiores amigos que tenho nesta Casa; respeito, sobretudo, a sua biografia, Sr. Presidente. Mas aqui ninguém pode me perguntar de que lado estou. Só a minha consciência e os eleitores que represento nesta Casa.

Devo esclarecer que estou ao lado dos superiores interesses do povo da Bahia. E assim estive quando fui àquela tribuna para criticar, no passado, o senador Antônio Carlos Magalhães, mesmo sendo do grupo da Situação. Procedo assim porque entendo que governo passa, o que não pode passar são as nossas convicções democráticas e a defesa dos interesses desta Casa, enquanto legisladores. Mas, se assim entender V.Ex^a – acredito que vai repensar –, vamos recorrer dessa decisão ao Plenário, e o senhor vai passar pelo constrangimento de perder. Tenho plena convicção disso porque é uma decisão contra a Casa Legislativa a que pertencemos.

Quero pedir a participação dos Líderes governista, porque este é um momento de diálogo. A discussão não pode ser em cima apenas de uma decisão judicial. Soberanamente, o povo da Bahia quis fazer Wagner governador, que ganhou e leva

tudo; mas na proporcional a população baiana quis um legislativo paritário.

E nós não nos recusamos ao diálogo para defender os interesses do Estado; não nos recusamos a votar projetos que sejam importantes para a Bahia. Contudo não na base do rolo compressor, com a interpretação de leis afrontando – de forma mais clara seria impossível – o Regimento como nunca visto antes. Pior até de quando impediram a participação proporcional na Mesa Diretora.

Portanto, não aceito. Não vou fazer nova indicação de Liderança. Não vamos constituir nosso Bloco porque o ato publicado no Diário Oficial só pode ser desfeito pelos próprios deputados que compõem a Bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Peço desculpa aos deputados Arthur e Zé Neto porque daria agora a questão de ordem a V.Ex^{as}, mas quero antes dizer ao deputado Elmar Nascimento que, quanto a essas ofensas que ele dirige à minha pessoa no momento em que diz que eu sou um presidente parcial, que estou a serviço do governo, prefiro lembrá-lo de quando ele fazia elogios a esta Presidência. Esta Presidência não está praticando nenhum ato parcial. Pelo contrário. Esta Presidência poderia entrar com os embargos e aguardar, porque muitos desembargadores me disseram que tinha efeito suspensivo. Mas, em respeito aos parlamentares que entraram na Justiça e também em respeito à própria decisão judicial, nós preferimos entrar com os embargos.

Sou totalmente contra essa decisão do Poder Judiciário, porém sou obrigado a respeitá-la, acatá-la. Esta Presidência toma essa posição apenas para acatar a decisão judicial. Vejamos o seguinte: o deputado Emério Resedá, quando foi indicado para a Comissão, foi indicado pelo PSDB. Pela decisão judicial, no Plenário ele volta para o DEM. Ele tem que ser indicado pelo próprio DEM. Esses parlamentares que voltam para o DEM é que vão decidir quem é o Líder do partido. Eles têm o direito, todos os parlamentares têm o direito de...

Deputado Paulo Azi, V.Ex^{as} falaram, e a Presidência ouviu. Espero que o senhor e o deputado Gildásio... Deputado Gildásio, V.Ex^a falou, a Presidência ouviu.

Quero apenas dizer o seguinte: a Justiça decidiu. Estou só dando um exemplo. O deputado Paulo Câmara, por exemplo, tem que ser indicado para a Comissão pelo Líder do DEM. Ele não pode mais ser indicado pelo Líder do governo. Ele vai ser indicado pelo Líder do DEM. Se será indicado pelo Líder do DEM, ele democraticamente tem o direito, dentro do Bloco de que faz parte, de escolher o seu Líder. Então a Presidência...

Deputado Sandro Régis, por favor! Deputado Paulo Azi, V.Ex^a. sempre foi um homem educado. Sempre foi!

Então a Presidência não pode, não pode...

Deputado Gildásio, o senhor é um homem educado. V.Ex^a. falou, a Presidência ouviu. Gostaria que me ouvisse. Apenas que me ouvisse.

A Presidência, tendo em vista que a decisão judicial determina que o deputado Paulo Câmara dentro do Plenário, para ir pras Comissões, tem que ir pela Liderança do DEM... Proporcional! E nós vamos solicitar aos Líderes que indiquem dentro da proporcionalidade. Portanto, se o deputado Paulo Câmara volta teoricamente no

Plenário... Eu dizia na prática, no Plenário... Não mudança de partido porque eu não posso, aí é problema partidário, de fidelidade... Mas, se na decisão judicial ele volta teoricamente para o DEM, é obvio que como deputado tem direito de escolher o seu Líder. Todos os deputados estão voltando para os partidos, e a Presidência tem a obrigação de respeitar a decisão dos parlamentares que voltam para o DEM.

É essa a decisão da Presidência.

Questão de ordem do deputado Arthur Oliveira Maia.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Sr. Presidente, queria que V.Ex^a prestasse atenção à argumentação que trago para este debate. Eu realmente penso que o que nós estamos discutindo aqui se fundamenta na decisão tomada no ano passado pelo Supremo Tribunal Federal que garantiu a fidelidade partidária. É da fidelidade partidária que nasce e brota essa decisão que o Tribunal de Justiça adotou aqui na Bahia, porque obviamente, presidente, se o Supremo Tribunal Federal, a Corte maior do nosso País, decidiu que o deputado não pode mudar de partido, modificando um entendimento anterior de que ele poderia mudar... E tanto reconheceu que esse posicionamento anterior era uma prática, que aqueles que mudaram de partido, como foi o meu caso, não sofreram nenhuma sanção. Entretanto, o Supremo determinou que aqueles que mudassem, a partir daquela data determinada, já não me lembro mais, perderia o mandato. Naturalmente que a medida em que se toma essa decisão, tinha que se garantir que prevaleceria na Casa a proporcionalidade que brotou das urnas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Desculpe, não entendi, não ouvi o final da sua fala.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Naturalmente, que a medida em que o Supremo tomou essa decisão ele também entende que a representação das Comissões tem que ser aquela que brota das urnas.

Essa decisão, meu caro presidente, obviamente só tem uma única direção: o fortalecimento do partido político em nosso País. Só esse, não tem outro sentido. É o partido político que é valorizado, fortalecido, que passa a ganhar uma representatividade maior no quadro político e eleitoral deste País. Portanto, temos hoje, nesta legislatura, especificamente, um caso atípico, porque há os deputados que mudaram de partido, e isso não será mais possível em outra legislatura, é o meu caso, por exemplo, e de tantos outros deputados desta Casa, e há o partido político. Temos, portanto, duas realidades, a realidade que derivou da eleição e a realidade política que se constituiu nesse momento.

São questões absolutamente diferentes, entretanto, é lógico que quando o Tribunal de Justiça decidiu pela manutenção do que brotou da eleição quis fortalecer o partido. E V.Ex^a, com essa decisão que traz para o Plenário, inverte totalmente essa lógica, porque V.Ex^a quer dar o poder não ao partido, mas ao deputado que saiu do partido. Ao deputado que saiu do partido é que V.Ex^a quer dar o condão para decidir quem o partido vai indicar para compor a comissão. Isso, naturalmente, vai de encontro, de maneira absolutamente frontal, presidente, a toda lógica de fortalecer o partido decidida pelo Supremo Tribunal Federal. Isso vai frontalmente contra a

própria decisão do Tribunal de Justiça, porque a vontade é fortalecer o partido. E essa idéia que V.Ex^a traz para a Casa, a que V.Ex^a filia-se, naturalmente não é a idéia que prevaleceu no Supremo Tribunal Federal.

Meu caro presidente Marcelo Nilo, V.Ex^a agora insiste em destituir os líderes partidários. Eu pergunto a V.Ex^a, em qual momento essa decisão que está nas mãos de V.Ex^a fala em V.Ex^a ter direito a destituir liderança partidária? Em que local do Regimento Interno da Casa, em algum momento, já concebeu a idéia de presidente destituir liderança partidária? Onde é que a Constituição do Estado ou a Constituição Federal concedem esse direito a V.Ex^a? Não existe, presidente.

Eu, por exemplo, vim do partido de V.Ex^a. Será que não é o absurdo do absurdo eu, que não participo da vida partidária do PSDB, sentar-me com V.Ex^a para decidir qual o deputado do PSDB que vai compor a comissão desta Casa, presidente? Obviamente que isso é a deturpação total da lógica da decisão que é fortalecer o partido. É fazer com que o intruso, que já não tem mais nenhuma relação com o partido, volte para tomar decisões no seio do partido. Por mais que eu goste de V.Ex^a e de todos os companheiros do PSDB que não são mais meus correligionários, mas pelos quais tenho a maior estima, eu não me sinto habilitado a fazer esse tipo de apontamento.

De sorte que entendo que V.Ex^a está correto em destituir as comissões e recompô-las na forma de decisão judicial. Mas V.Ex^a está absolutamente incorreto em sua avaliação jurídica, naturalmente, quando se julga e se autoriza na condição de poder destituir lideranças partidárias. V.Ex^a não tem esse direito. Essa é minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Arthur Maia, veja como V.Ex^a vai praticamente ao encontro da decisão do presidente. O presidente em nenhum momento disse aqui que está concordando com a decisão judicial. Pelo contrário, a presidência desta Casa discorda completamente da decisão judicial, tanto é que entramos com os embargos declaratórios.

Temos que destituir as comissões. Segundo a decisão judicial, os partidos políticos, fruto da eleição, é que vão indicar os membros da comissão.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- A proporcionalidade, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou ratificar, e não cansarei de ratificar, que a Presidência desta Casa discorda completamente da decisão judicial. Estou apenas cumprindo um dever, em respeito à decisão judicial.

Quero ressaltar que muitos desembargadores, o Dr. Celso Castro, procurador, e o Dr. Graciliano, chefe da Procuradoria da Assembléia Legislativa, disseram-me que eu poderia entrar com embargos e aguardar a decisão sobre os embargos. Mas a Presidência preferiu, até em atenção aos deputados da Oposição, capitaneados ou coordenados pelo Líder, deputado Gildásio Penedo, que entraram na Justiça... A Presidência está apenas cumprindo o que a decisão judicial diz, certo ou errado, que os partidos políticos, fruto da eleição, é que indicarão os seus membros para as comissões.

O art. 37 do Regimento Interno diz o seguinte: “- A Maioria Parlamentar será

constituída por Bancada, Bloco ou Representação Partidária, desde que composta pela maioria dos membros da Assembléia Legislativa.

§ 1º - A Minoria Parlamentar será composta por Bancada, Representação Partidária ou Bloco, agrupada ou não, que expresse posição diversa da Maioria.

§ 2º - As funções regimentais da Maioria serão assumidas pela Bancada ou Bloco Parlamentar que tiver maior número de representantes...”

Ou seja o art. 37 é muito claro quando diz que só tem Maioria e Minoria. Pronto.

Preciso saber quais são os partidos fruto da decisão da eleição. No caso de V.Exª, como citou, tenho que esquecer que está hoje no PMDB, que é um seu direito. Inclusive, o próprio Supremo decidiu que V.Exª tinha esse direito, mas a Justiça decidiu que deverá entrar no cálculo do PSDB. Então, sou obrigado a saber como o PSDB vai-se posicionar aqui, se é Maioria ou Minoria.

O DEM tem, hoje, 12 parlamentares, salvo engano, e 4 que voltam, teoricamente, sob a liderança do deputado Heraldo Rocha. Então, esses 16 Srs. Deputados – não são mais os 12 – decidirão se o DEM ficará na Maioria ou na Minoria.

Então, veja bem, deputado Arthur Maia, V.Exª que é um advogado – quero parabenizá-lo pela maneira como se dirige à Presidência, sempre muito educado e dentro do Regimento –, estou apenas cumprindo uma decisão.

Darei o exemplo de outro deputado, Emério Resedá. A partir dessa decisão da Justiça, teoricamente, ele só poderá ir para a comissão se for indicado pelo deputado Heraldo Rocha, porque o deputado Emério Resedá, a partir desse momento, na teoria regimental, terá que seguir a orientação do seu bloco, o que é natural.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Gostaria de uma réplica.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedida, sem problemas.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Quero que V.Exª entenda, Sr. Presidente, que a decisão, mais uma vez... Naturalmente que temos pontos de vista diametralmente opostos e dificilmente nos convenceremos, mas entendo – e essa noção é muito clara no meu ponto de vista – que a realidade que existe hoje na Casa vai ter que ser mantida.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Claro, a realidade no dia da eleição...

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Não será, de forma nenhuma, uma decisão de V.Exª mandando destituir a liderança – porque V.Exª não pode fazer isso – que vai modificar essa realidade. Apenas a decisão do Tribunal de Justiça, Sr. Presidente, determina que o meu voto, o meu número, o meu nome – 1/63 avos – como deputado desta Casa, contará para que o PSDB de V.Exª indique o deputado que V.Exª desejar indicar. V.Exªs indicam, contando com o meu nome, o deputado que V.Exªs quiserem indicar. Agora, eu não pertenço mais ao PSDB. Eu teria saído do partido e agora querer levar comigo a representação do partido... É isso que a Justiça não quer. O que a Justiça quer é que o deputado, quando saia do partido, no caso dos que saíram, fique a representação e o poder de indicar os membros da comissão com o partido. Então, se os deputados saíram do DEM, fica o DEM com o direito de indicar quem eles

quiserem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concordo.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Se o deputado saiu do PSDB, é o meu caso, cabe ao PSDB indicar quem ele quiser. Não cabe a mim ir para o PSDB e dizer ao Líder do PSDB quem vai ser... Nem no DEM nem em lugar nenhum. Essa posição, Sr. Presidente, é óbvia ululante, porque temos que valorizar o partido. Não temos que esquecer que somos deputados. Essa é questão que está diferenciando o nosso ponto de vista.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Arthur, vejamos...

Vou conceder a questão de ordem a V.Ex^a. Este assunto tem que ser...

Deputado Arthur, a Presidência da Assembléia tem que cumprir a decisão judicial. A decisão judicial diz que as composições partidárias para as comissões são fruto da eleição. Concorda?

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- As composições partidárias não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, as composições das comissões são fruto da eleição, indicadas pelos partidos.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Isso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O art. 37... E eu agora sou... Tenho que ter mais cuidado para cumprir o Regimento. O art. 37 diz que esta Casa aqui só tem Maioria e Minoria. Este é o art. 37, deputado. Se V.Ex^a me disser onde é que há outro artigo que tenha esse negócio de bloco independente, que foi uma deferência da Presidência com o Plenário, uma deferência da Presidência ao Plenário quando os deputados do PP quiseram formar um bloco independente –, como ninguém questionou, a Presidência aceitou. Mas, vez que os parlamentares que fazem oposição questionaram na Justiça, a Presidência, agora, é obrigada a cumprir o art. 37 para a composição das comissões. E quero registrar, deputado Gildásio, que isso não vai modificar nada. Todo mundo sabe que quem é Minoria vai continuar sendo Minoria, quem é Maioria vai continuar sendo Maioria, independente... não existe mais no Regimento, a não ser...

O Sr. Paulo Azi:- Isso é um absurdo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, sempre tratei V.Ex^a com maior respeito e maior carinho.

(...) a não ser que V.Ex^{as} tragam onde é que está no Regimento para que eu possa cumprir. Se V.Ex^a me disserem onde é que tem no Regimento...

Vejam: para a composição das comissões é obrigado ter Maioria ou Minoria. Não existe outro critério, a não ser que V.Ex^{as} me mostrem em qual artigo. Se o deputado Roberto Muniz, por quem tenho o maior apreço, me mostrar no Regimento para que eu possa fazer os cálculos... Só posso fazer os cálculos, deputado Paulo Azi, com Maioria ou com Minoria. Eu estou citando o Regimento, art. 37. Esta Casa é composta por maioria e por minoria. É o art. 37. Depois das comissões formadas, eu,

cumprindo o artigo, se o deputado Waldenor, o deputado Gildásio quiserem que tenha bloco independente, se a Casa quiser, não criarei problema. Agora, para a composição das comissões, tenho que cumprir o Regimento e só tem o art. 37, que vou repetir para V.Ex^{as}: só tem maioria e minoria.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Eu estou aqui com a ementa. Tive o cuidado de ler o que é incompreensível, e aí não consigo compreender. Primeiro, com a decisão criou-se essa confusão toda na Casa, mas quem pediu isso agora arque com o problema. A ementa é muito clara:

(Lê)” *Mandado de Segurança – Ato do presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia...*”

Mais adiante tem: (lê) ‘(...) Os atos **interna corporis** também estão sujeitos à apreciação do Poder Judiciário no âmbito de sua legalidade, notadamente para assegurar as normas constitucionais,...’ Foi o argumento para a intervenção nesta Casa. Acho que é uma intervenção - é meu ponto de vista- indevida.

E o que é que diz aqui? É a ementa, eu não estou entendendo mais o que eles estão aqui alegando. (lê) ‘(...) *um dos pilares fundamentais a soberania popular, as comissões parlamentares devem ser formadas mediante representação proporcional dos partidos, com base na composição correspondente ao resultado das eleições – o mandato pertence ao partido político e não ao candidato – o princípio da proporcionalidade também deve ser observado integralmente...*’

O deputado Marcelo Nilo, presidente da Casa, tem de cumprir.

E agora vamos ver aqui o voto do Sr. Relator, o desembargador Eserval. Detalhe: um dos argumentos da página 05 diz o seguinte: (lê) ‘*Destarte, ressaltam que, para a fixação dos membros das Comissões Permanentes e para o exercício das direções respectivas, os arts. 23, 26, § 4º, 40, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados...*’ - ele se baseou na decisão da Câmara - ‘(...) *consideram expressamente o número de parlamentares eleitos no dia do pleito e não da posse, inclusive quanto a todos os efeitos partidários parlamentares.*’

Para não se ter mais nenhuma dúvida, Deputado Paulo Azi, está aqui na página 26. Acredito que vocês vão ter que recorrer da decisão que foi favorável a vocês próprios. Isso aí agora é que vai ser confusão. O que diz o desembargador-relator, ouçam, página 26: (lê) ‘*Desta forma, restou configurada, no caso concreto, a existência de direito líquido e certo dos impetrantes a ser protegido através do presente Mandado de Segurança.*” O relator é Eserval, e essa é a decisão.

Olhem aqui, deputados Gildásio Penedo, Waldenor... Deputado Gildásio Penedo, ouça, V. Ex^a fala muito e ouve pouco, isso é um defeito.

(Lê) “*Por essas razões voto pela concessão da segurança para determinar que o cálculo da representação partidária/bloco na formação das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia seja feito levando-se em consideração a composição partidária, fruto das eleições e não aquela existente na data da posse dos parlamentares, bem como que seja adotado o critério de escolha*

alternada para direção das aludidas Comissões, considerada a referida composição formada pela vontade popular.”

Cabe ao deputado Marcelo Nilo, infelizmente, para esta Casa não é bom, cumprir esta decisão. O deputado Marcelo Nilo está de parabéns pela coerência no cumprimento da decisão, mas, infelizmente, esta Casa dá um passo e aos poucos impetrantes, cabe agora respostas para a sociedade, deveriam ter resolvido o problema político na política, dentro da Casa, de forma discricionária. Não tiveram essa condição, foram buscar no Judiciário à estaca zero. E eu ouvi alguém dizer aí que voltava até a eleição da Mesa, e não é, volta à eleição das comissões.

Deputado Marcelo Nilo, infelizmente, cabe a V. Ex^a apenas cumprir essa decisão. Deus queira que a Justiça faça justiça, esse embargo possa ser procedente e nós possamos voltar à normalidade.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputados, deputado Elmar, durante 2 anos a presidência da Assembléia conviveu nesta Casa tendo aqui a Maioria e a Minoria. A presidência, deputado Gildásio, V.Ex^a quando fala, eu ouço, com o maior carinho, quando sou interrompido, às vezes perco o raciocínio.

A presidência tratou esta Casa, respeitando os direitos da Minoria e os direitos da Maioria. A presidência, numa deferência a seis parlamentares que quiseram ir para um bloco independente mesmo não tendo no Regimento, aceitou porque o Plenário aceitou.

Quero dizer ao deputado Roberto Muniz, líder de um bloco independente e ao deputado Elmar que a presidência pode até novamente aceitar, se o Plenário aceitar. Agora, o que a presidência não pode aceitar, tendo em vista que nós vamos..., deputado Elmar, só para V.Ex^a observar o meu raciocínio, é deixar de cumprir, sou obrigado a cumprir, tenho que zerar, para ter novos cálculos, frutos dos partidos.

Para as comissões partidárias, no novo cálculo, deputado, só existe um artigo, o artigo 37. Então, a presidência não tem outra maneira a não ser aceitar quem é Maioria e quem é Minoria. Depois das comissões e quem hoje é governo, continua sendo governo, quem é Minoria, continua sendo Minoria...

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- (...) o cálculo tanto faz, se V.Ex^a... quero registrar, porque vi o deputado dizendo, acho que se comete uma injustiça com a presidência...

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- (...) quando diz: “está aí, por que isso”? Quero dizer que o cálculo de Independente e o cálculo de Minoria dá no mesmo, é só V.Ex^{as} calcularem com o Bloco Minoritário e calcularem com o Bloco Independente que dá no mesmo.

O que a presidência não pode é zerar e não cumprir um artigo. Estou zerando e estou cumprindo o artigo 37...

O Sr. Roberto Muniz: Questão de ordem.

O Sr. Gildásio Penedo:- Questão de ordem.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se V.Ex^as me mostrarem qualquer artigo que faça diferente, pedirei desculpas e cumprirei. Agora, a presidência não pode, sob hipótese nenhuma, sair do Regimento.

Questão de ordem do deputado Roberto Muniz.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Primeiro a questão de ordem do deputado Roberto Muniz, depois V.Ex^a, porque tem que alternar.

O Sr. Roberto Muniz:- Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar V.Ex^a por estar acatando uma decisão judicial. Agora, é claro que acatar uma decisão não quer dizer que V.Ex^a não esteja incorrendo em alguns erros pela visão que temos da interpretação da decisão.

A primeira questão é: quando essa decisão foi tomada, foi no sentido de fortalecer os partidos, tanto é que foram os partidos que entraram em busca de uma solução para a proporcionalidade, para um novo cálculo, para que ficasse resguardada a decisão das urnas. Esse foi o objetivo inicial. Essa decisão que veio, resguarda o direito, de quem? Do partido.

Se um partido teve dez deputados naquele instante, a proporcionalidade ao ser calculada será garantindo a esse partido pelos quatro anos seguintes, independente se aquele partido tenha os deputados, nove, oito, seis ou sete. O que está resguardando a decisão é esse tamanho que o partido auferiu nas urnas.

E quando colocamos que o deputado que saiu da agremiação, vem, de novo, decidir funções e decisões *interna corporis*, estamos fazendo um processo de reeditar a refiliação, ou seja, ele não foi refiliado ao partido. O que a decisão da Justiça explicitou é que o partido não perde o seu direito, não leva o deputado o pedaço que é do partido. O mandato pertence ao partido, e é esse novo conceito que o Supremo pretende que tenha visibilidade dentro das Casas Legislativas. Fruto dessa decisão, a proporcionalidade é calculada, e a partir daí todas as decisões são tomadas *interna corporis* do partido, inclusive a decisão de quem será o Líder daquele partido ou daquele Bloco.

V.Ex^a diz que essa verdade está resguardada, mas depois decide que aquele deputado que abandonou a agremiação tem o direito de retornar à própria agremiação e tem o direito de decidir sobre o futuro. Não adiantou resguardar o direito do partido, porque V.Ex^a rasga a decisão e dá de volta, presidente, àquele infiel, àquela pessoa que traiu os interesses políticos das urnas, e não interesses políticos dele. Ele retorna para fazer cumprir o quê? Uma decisão que a Justiça não deu. E aí, como é? Se ele não tem a filiação, como é que ele adentra não só o ambiente partidário, mas, muito pior, a decisão interna do partido? Esse é um fato que eu acho, no mínimo, ilógico. Então, cumprir é uma coisa, criar a lógica na decisão é outra.

Aí, presidente, V.Ex^a foi além, perdoe-me. Acho que quando V.Ex^a destitui as Lideranças e os Blocos, V.Ex^a vai frontalmente contra o artigo 36, porque não há essa decisão da Justiça. V.Ex^a destitui e determina que logo após, três dias, eu acho, sejam reconstituídos esses Blocos, mas o Regimento diz aqui: “Na mesma sessão legislativa

ordinária não será permitida a participação de Bancada ou representação na formação de mais um Bloco Parlamentar”.

Então, V.Ex^a não pode fazer isso, senão rasga o Regimento. A proporcionalidade está resguardada, O partido decidirá quem são os componentes das comissões. Aí V.Ex^a vai além, exacerba. O poder de destituir é dos deputados, inalienável, V.Ex^a destitui o direito dos deputados e aí faz uma coisa que eu acho muito mais grave: institui que esta Casa só tenha a posição de Maioria ou de Minoria.

O artigo 38, que também faz parte do capítulo da Maioria e da Minoria, Sr. Presidente, estabelece: “As lideranças de Bancada, vírgula, Bloco Parlamentar, vírgula, representação partidária, vírgula, Maioria ou Minoria Parlamentar”, ou seja, quando estabelece essas vírgulas ele diz que todas essas representações político-partidárias sobrevivem e convivem de modo harmônico para estabelecer não o interesse do governo ou da Oposição, mas os interesses partidários, que são os interesses que representam a sociedade, e a Justiça, de forma clara, indubitável, retornou ao partido o direito que lhe foi dado através das urnas.

Então, não será V.Ex^a, Presidente, data vênia, pedindo desculpas, que vai exigir de qualquer parlamentar, de qualquer Bloco ou Partido para se aliar a um governo, ou que faça oposição de forma radical. Eu acho que novos tempos da política não permitem isso. E o pior, quando esses tempos se levantam para rasgar, de forma clara, um Regimento, Sr. Presidente, que está em pleno vigor.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. Roberto Muniz:- Para concluir, Sr. Presidente.

Eu gostaria que V.Ex^a refletisse, já que é uma decisão que gera uma polêmica tão grande, que nós pudéssemos fazer uma reunião de Lideranças para debatermos e, se caso essa decisão não esteja harmônica aos interesses de todos os Partidos, ela possa ser fruto de um debate no Plenário e, quem sabe, uma votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. Roberto Muniz:- Inicialmente, coloco a possibilidade de discutirmos entre os Líderes, antes que V.Ex^a destitua as Lideranças, porque isso será uma afronta aos meus companheiros que me escolheram, a todas as Lideranças desta Casa, à convivência pacífica, leal e republicana, porque a decisão da Justiça não abraçou nem chegou a esta decisão de V.Ex^a. Espero que possamos debater amanhã, em caso de urgência, e ter uma conversa entre os Líderes para possibilitar esse debate.

Muito obrigado.

O Sr. Álvaro Gomes:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Azi:- Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a sabe que eu tenho um apreço enorme, não só a pessoa, mas à maneira..., V.Ex^a comete um equívoco. Em nenhum momento a presidência falou em Liderança do governo. Não existe no artigo 37, Liderança do governo. Ninguém é obrigado a ser Governo ou Oposição, a pessoa pode ser independente. O que não pode é deixar de ser Maioria ou Minoria, segundo o artigo 37.

O Sr. Roberto Muniz: - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Azi:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Darei pela ordem a V.Ex^{as}.

Para as composições das comissões é obrigado, segundo o artigo 37, a estar na Maioria ou Minoria. Não existe um Bloco Independente aqui, deputado.

O Sr. Roberto Muniz:- Leia o artigo 32, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, vou ler o artigo 32.

(Lê) *“Dentre as outras indicações regimentais, compete ao Líder do Partido indicar à Mesa os membros da sua Bancada para compor as comissões de qualquer forma para representar a Casa”*.

Do Partido, ninguém está dizendo que é no Partido.

O Sr. Paulo Azi:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, às vezes V.Ex^a fica nervoso e não presta atenção no que a Presidência disse. O que a Presidência falou é que existe o Bloco da Maioria e o da Minoria. No Bloco da Minoria existem vários sub-blocos: são as Representações e os Partidos, e estes indicam.

O Sr. Álvaro Gomes:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Azi:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, primeiramente questão de ordem deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, primeiramente gostaria de parabenizar V.Ex^a pela sua coerência e lucidez. Na realidade, com base no parecer da Procuradoria desta Casa, V.Ex^a determina o cumprimento de uma decisão judicial. Às vezes ficamos confusos, porque eu não entendo como é que a Bancada da Oposição ingressa com uma ação na Justiça e esta decide favoravelmente e agora eles não querem. Eu não sei se pode retirá-la. Deveríamos verificar juridicamente a possibilidade não sei se é possível ou não. Mas a decisão judicial precisa ser cumprida. Por isso V.Ex^a encaminha corretamente.

Ao decidir, a Justiça levou em consideração a necessidade do fortalecimento da fidelidade partidária. O próprio deputado Arthur Maia, na época da eleição, era do PSDB, hoje é do PMDB. Naquele período o PSDB tinha três deputados; com a saída dele, ficou enfraquecido. Na realidade, o que a Justiça determinou foi exatamente o fortalecimento dos partidos, mantendo a realidade do resultado das urnas. Essa decisão judicial tem uma importância muito grande, e o presidente da Assembléia, deputado Marcelo Nilo, resolve encaminhá-la mesmo fazendo a ressalva de que é contra.

O Regimento Interno desta Casa é de uma clareza que não resta nenhuma dúvida sequer para que a plenária possa decidir. Ele diz que a Maioria Parlamentar será constituída por Bancada, Bloco ou Representação Partidária, desde que composta pela maioria dos membros da Assembléia Legislativa. Já a Minoria Parlamentar...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. Álvaro Gomes:- Concluindo.

(...) será composta por Bancada, Representação Partidária ou Bloco, agrupados

ou não, que expresse posição diversa da Maioria. Isso significa que partido a, b ou c que tenha uma posição diversa da Maioria é Minoria.

Então, o Regimento Interno é claro, não resta uma dúvida sequer. Se houvesse aqui uma solicitação para consultar o Plenário, não caberia, porque o Regimento Interno é muito claro e objetivo.

Portanto, nobre presidente, quero parabenizá-lo pela coerência e por sua postura imparcial e tranqüila de magistrado, encaminhando a decisão judicial. V.Ex^a está correto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Proponho ao Plenário a prorrogação da sessão por até 30 minutos. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovada.

O Sr. Paulo Azi:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, gostaria muito de estar utilizando este microfone para parabenizá-lo. Mas quero dizer-lhe que não conheço uma decisão tão casuística como a que V.Ex^a pensou em tomar. Sinceramente, meu nobre e querido amigo deputado Marcelo Nilo, não acredito que um homem com a sua história neste Parlamento, que foi eleito já por quatro mandatos, que recebeu o apoio de praticamente todos os deputados para eleger-se presidente deste Poder, tenha a coragem de levar essa decisão adiante.

Primeiro, porque estranho muito e acho difícil de acreditar que a Procuradoria Jurídica desta Casa tenha dado a V.Ex^a respaldo jurídico...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

(O Sr. Presidente Marcelo Nilo aciona a campainha do Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Srs. Deputados, há um orador falando. Por favor!

O Sr. Paulo Azi:- (...) para a decisão que V.Ex^a chegou a anunciar. Em nenhum momento, Sr. Presidente, a decisão do Tribunal traz qualquer linha acerca da destituição de blocos parlamentares e de lideranças. Os blocos parlamentares, assim como as lideranças, podem ser destituídas e substituídas a qualquer momento, desde que este seja o desejo dos deputados. Não é o desejo de V.Ex^a que vai fazer com que ou os blocos ou os partidos tenham a sua liderança alterada. Essa é uma decisão que cabe aos deputados, não cabe, presidente Marcelo Nilo, a V.Ex^a. Perdoe-me, mas não consigo acreditar que V.Ex^a queira manchar o seu mandato, que está prestes a ser concluído. Acho até que V.Ex^a, pelo trabalho que realizou ao longo desses dois anos, tem todas as condições de continuar à frente deste Poder. Se V.Ex^a, porém, levar à frente essa decisão, estará manchando definitivamente o mandato que V.Ex^a conquistou com tanto esforço e que procura ao longo desses dois anos defender. Não consigo acreditar, deputado Marcelo, que V.Ex^a tome uma decisão como essa. Não tem qualquer amparo regimental, jurídico ou legal. V. Ex^a, quando argüi sobre a questão dos blocos independentes da maioria ou da minoria, deve saber que essa é uma decisão que cabe aos partidos. Nenhum partido, deputado Marcelo Nilo, é obrigado a fazer parte de nenhum bloco.

O Art. 32 é claro! Cabe ao Líder do Par-ti-do indicar aqueles que representarão o seu partido nas comissões. Em nenhum momento está dito que este poder é exigido a constituição de Bloco da Maioria ou de Minoria para funcionar.

Portanto, quero pedir a V.Ex^a, com o pareço e o respeito que tenho por V.Ex^a, que reveja essa decisão, que V.Ex^a se atenha àquilo que for estritamente decidido pelo Poder Judiciário. Finalmente, dizer-lhe que, se V.Ex^a for insistir nessa direção, nessa decisão, que V.Ex^a, antes ou depois de tomar a decisão, recorra da decisão ao Plenário desta Casa.

O Sr. Bira Coroa:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputados, antes de conceder a questão de ordem... Deputado Gildásio! Deputados! Deputado Gaban, Deputada Antônia, a presidência está cumprindo uma decisão judicial. Com relação a suspender os partidos para nova indicação, V.Ex^{as} estão fazendo uma tempestade numa gota d'água. Todos os líderes dos partidos serão mantidos. Deixe eu concluir, por favor. Deputado Gildásio, deputados, vejam bem. O presidente... Srs. Deputados! Deputado Sandro! Por favor, só para eu concluir o meu raciocínio. Deputado Bira, até para tomar a decisão... Só um segundinho...

(O Sr. Gildásio Penedo se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Já proroguei por meia hora.

Srs. Deputados, vejam bem, a presidência, durante esses 2 anos, sempre procurou cumprir o seu papel, usando o bom senso. Nunca tomei aqui uma decisão autoritária. Sempre procurei, inclusive, respeitar o bom senso na Casa, até prevalecendo, em muitos casos, os deputados da Oposição, até para que esta Casa continuasse a ter o clima de harmonia que aqui existe.

Com relação às lideranças, esta presidência pode até acatar, manter as mesmas lideranças, porque não vai mudar nada. Vejam bem, o que a presidência quis com isso foi deixar os deputados à vontade, o deputado Heraldo Rocha vai continuar sendo o Líder do DEM; o deputado Elmar vai continuar sendo Líder do PR, não existe aqui nenhuma modificação. Eu posso até dizer que garanto, como presidente, tomar uma decisão autoritária, que todos os líderes serão mantidos.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Ouçam. Até para concluir é difícil.

A presidência poderia até tomar essa decisão que seria autoritária. Eu quis exercer o bom senso, e V. Ex^{as}, parlamentares, tendo em vista que há deputado oficialmente de um lado, mas que na prática está de outro, então a presidência, vamos ter bom senso, aceita que todos os líderes continuem sendo líderes, agora, não vai aceitar que não seja Maioria ou Minoria porque o art. 37 diz o seguinte: (lê) “as da Minoria serão exercidas pela representação política ou Bloco Parlamentar numericamente inferior à Maioria, de forma agrupada ou isoladamente.” É muito claro.

(O Sr. Paulo Azi se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- O art. 38 diz: “As Lideranças de Bancada, Bloco Parlamentar, Representação Partidária, Maioria ou Minoria

Parlamentar, serão constituídas na forma prevista neste Regimento.” A presidência aceita as representações, agora, dentro do Bloco da Minoria, porque está no art. 37.

Então, eu vou concluir...

O Sr. Zé Neto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Heraldo Rocha:- Pela ordem.

O Sr. Bira Coroa:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quem quer falar? São esses 3 que não falaram e vamos encerrar. Falarão o deputado Bira e, depois, o deputado Heraldo, só para alternar, e assunto encerrado.

O Sr. Zé Neto:- Eu me inscrevi.

O Sr. Clóvis Ferraz:- Eu também me inscrevi.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Heraldo, por favor. V.Ex^a, que é um deputado assíduo, eu o ouvirei com a maior atenção.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, ouvi atentamente todas as discussões, tanto da Maioria, quanto da Minoria, do Bloco Independente, e tenho uma idéia já formada. Em primeiro lugar, acho que a decisão de V.Ex^a é de recorrer, porque na hora em que V.Ex^a diz que vai atender à decisão judicial, ao mesmo tempo, V. Ex^a, com todo respeito, modifica a decisão judicial. Então, só há um caminho, presidente, é V.Ex^a recorrer da decisão da Justiça, porque senão vamos ficar aqui discutindo...

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Já o fiz.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sim, mas eu pergunto a V.Ex^a, a Procuradoria da Casa, porque a responsabilidade é muito grande, nós aqui somos parlamentares, não somos juristas, a responsabilidade da Procuradoria da Casa é muito importante. Ela não é Procuradoria da Maioria nem da Minoria, ela não é Procuradoria do presidente. Ele a nomeia, mas ela tem que tomar uma decisão salomônica, ela tem que tomar uma decisão de magistrado.

Então, eu faço uma proposta a V.Ex^a: Vamos reunir as Lideranças da Maioria e da Minoria com a Procuradoria da Casa, que vai ter que se posicionar sobre esse fato, que é uma irregularidade jurídica, porque da mesma maneira que V.Ex^a consultou os desembargadores, nós também consultamos o nosso assessor jurídico.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Bira, só gostaria que V.Ex^a fosse breve, porque a presidência vai encerrar este assunto.

O Sr. Bira Coroa:- Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, parabenizá-lo pela condução e destacar aqui alguns aspectos. Ouvi atentamente todos os argumentos e já vinha há um bom tempo maturando a decisão.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero pontuar o momento em que o Legislativo perde a sua capacidade de diálogo, de debate, e recorre à ação judicial, ele remete ao Judiciário...

Sr. Presidente, solicito que possa ser atendido.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, o deputado Bira Coroa está com a palavra.

O Sr. Bira Coroa:- Sr. Presidente, quero pontuar que no momento em que o Poder Legislativo perde a sua capacidade de diálogo, de argumento e de debate e

remete as suas ações para o Judiciário, está abrindo mão da intervenção política, está permitindo que a Justiça use a aplicação da lei pela via fria de compreensão e de interpretação judicial. E neste momento, Sr. Presidente, sinto que o senhor cumpre a Justiça quando faz valer a ação judicial, cumprindo uma determinação. E com isso, sem dúvida alguma, cria um transtorno gerado não pelo senhor, pois não tenho informações de que o senhor é responsável pela situação criada. Chamo à responsabilidade de quem recorreu à Justiça sem avaliar as conseqüências, sem medir o peso das decisões. E hoje isso se reflete numa posição que ora incomoda a quem achou que apenas a medida iria mexer por cima e manter a estrutura. Essa é a situação, a medida mexe estruturalmente e não move peças.

E com isso quero, mais uma vez, reafirmar que só há uma coisa de que discordo do senhor, mesmo não concordando com a ação judicial: eu a remeteria a quem provocou a ação, foi buscar a ação judicial. Se não concorda com ela, que recorra, que retire a ação. E não chamando para a Mesa Diretora a responsabilidade que ela não criou. Foi criada por uma ação de manobra meramente política, utilizando-se a ação judicial como instrumento de afirmação, e ora ação judicial dá no contrário. Como diz o popular, o tiro sai pela culatra.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Zé Neto, gostaria que fosse breve.

O Sr. Zé Neto:- Deputado Gildásio Penedo, quero que V.Ex^a apenas pegue uma cópia da emenda. É realmente muito complicado aplicar isso, mas, mais uma vez, para ficar bem claro, deputado Elmar, deputado Gildásio, deputado Heraldo, deputado Paulo Azi, como um dos pilares fundamentais da soberania popular, as comissões parlamentares devem ser formadas mediante representação partidária, representação proporcional partidária, dos partidos com base na composição correspondente ao resultado das eleições. Realmente, deputado Marcelo Nilo, V.Ex^a está contra, nós também estamos contra.

Queria fazer uma pergunta à Oposição: se a execução dessa medida não fosse dessa forma, de que forma seria? Qual é a proposta que tem a Minoria para a execução dessa medida sem criar nenhum empecilho para a Presidência da Casa? A Presidência da Casa, neste momento, apenas tenta decidir...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A Presidência, depois de ouvir tantas considerações, até acatando sugestões de vários parlamentares, dos deputados Waldenor, Gaban, Gildásio, mantém as Lideranças, porque não vejo problema nenhum. Tanto faz desfazer como não. Inclusive, eu achava que era um assunto tão pequeno que eu quis apenas dar a liberdade aos partidos de indicarem os seus Líderes, que óbvio seriam mantidos todos, esta Casa jamais faria uma mudança de líder aqui. Mas a Presidência quis saber como fica, por exemplo, os deputados que saíram do DEM e foram para outros partidos. Segundo a decisão judicial, eles têm que ser indicados para as comissões conforme o partido que os elegeu.

Então a Presidência decide o seguinte: vai zerar as comissões, conforme decisão judicial, os partidos políticos indicam seus membros para a Presidência e esta os nomeará conforme o Regimento desta Casa.

Está encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*